



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 48

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 15 de Maio de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Lopes (em substituição do Deputado Fernando Menezes)*

Secretários: *Deputados Raúl Rego e Natividade Luz (em substituição do Deputado António Loura)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas e 15 minutos.

Feita a leitura da correspondência, passou-se à apresentação do **Voto de Congratulação** pelo “**êxito desportivo e pessoal de Pedro Miguel Carreiro Resendes, mais conhecido por Pedro Pauleta, e pela divulgação dos Açores que lhe está associada**”.

Feita a apresentação do Voto pelo Sr. Deputado Manuel Campos (*PS*), proferiam intervenções os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*) e José Decq Mota (*PCP*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

No período dedicado às intervenções de interesse político relevante para a Região, proferiram intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Aires Reis (*PSD*), António Gomes (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), José Manuel Nunes (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Sérgio Ferreira (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), Francisco Barros (*PS*), José San-Bento (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Cabral Vieira (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*) e o Sr. Secretário Regional do Ambiente (*Helder Silva*).

No **Período da Ordem do Dia**, continuou-se com o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “regulamenta na Região Autónoma dos Açores os aspectos relativos à realização, em escolas de rede pública, do estágio pedagógico das licenciaturas em ensino e dos ramos educacional e de especialização em educação.**

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados José do Rego (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Francisco Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Costa Pereira (*PSD*).

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos)

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Vamos dar início à Sessão.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António José Tavares de Loura

Emanuel Mendonça Furtado

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Hernâni Hélio **Jorge**
José António **Cabral** **Vieira**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José **Humberto** Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel **Avelar** da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel Almada **Macedo**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência que chegou à Mesa.

Secretária (*Natividade Luz*): Do Grupo Parlamentar do PSD, Projecto de Decreto Legislativo Regional cujo objecto é “criação da Freguesia da Lombinha da Maia, no Município da Ribeira Grande, São Miguel”.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, pedido de solicitação de parecer da Assembleia Legislativa Regional, sobre a Proposta de Lei nº 3/IX (GOV) – “Altera a Lei nº 13/98, de 24 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas)”.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretária (*Natividade Luz*): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP, requerimento do seguinte teor:

“Considerando que a Região apostou em ferry-boats para o desenvolvimento do transporte marítimo de passageiros nos Açores;

Considerando que no Programa de Governo se reconhece que o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas facilitou o turismo interno, aumentou a oferta e a animação turística e também o grau de fidelização dos turistas que nos visitam;

Considerando que no Plano de Médio Prazo 2001/2004 se refere que “os transportes marítimos de passageiros assumem um papel fundamental no processo de desenvolvimento económico e social da Região” e que o Governo Regional aí assume que “irá continuar as políticas de melhoria das acessibilidades”;

Considerando que na programação do Plano de Médio Prazo está previsto “o apoio a acções de dinamização do transporte marítimo” e a “concessão de apoio financeiro a operadores de transporte marítimo inter-ilhas”;

Considerando que a Ilha do Corvo não é abrangida pelos ferry-boats nem por qualquer tipo de transporte de passageiros com previsibilidade e regularidade;

Considerando também que o Navio Santa Iria – adquirido com apoios oficiais, mas que sendo especialmente destinado a carga não opera com regularidade – apenas está licenciado para

transportar 11 passageiros;

Considerando ainda que um empresário das Flores realizou um vultuoso investimento na construção de uma embarcação especial e exclusivamente destinada ao transporte de passageiros de e para o Corvo, mas que todavia a embarcação está varada no Porto das Lajes das Flores;

Considerando finalmente que elevado número de grupos estão cancelando viagens ao Grupo Ocidental dos Açores, com incalculáveis prejuízos para a economia local, por falta de garantia de realização de viagens de grupo, em embarcação tradicional, à ilha do Corvo;

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis os deputados do Grupo Parlamentar do CDS/PP vêm requerer que o Governo Regional os informe com urgência sobre o seguinte:

1. Porque razão o Governo Regional ainda não interveio no sentido de procurar garantir que o Corvo seja abrangido pelo transporte marítimo regular de passageiros?
2. Que razões levam a que a embarcação “Netos de José Augusto” construída nas Flores e projectada para servir o Corvo, esteja ainda varada e nem sequer se encontre previsto se e quando vai ser lançada ao mar?
3. Se porventura o que impede a referida embarcação de navegar é algum problema de natureza burocrática ou outro eventualmente criado pelo Instituto Marítimo Portuário, que diligências realizou o Governo Regional para ultrapassar o impasse?
4. Se foi apresentado pelo empresário algum pedido de apoio e qual a posição do Governo sobre a assunto?
5. Se não acha o Governo Regional que não tem legitimidade para deixar uma única Ilha – o Corvo – em situação de desigualdade perante as demais, fora de todo o circuito turístico e até fora dos esquemas de movimentação normal de pessoas?

Os Deputados Regionais: *Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão*”.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Economia, parecer da Assembleia Legislativa Regional dos Açores à audição da Assembleia da República sobre a Proposta de Lei nº 2/IX (GOV) – “Altera a Lei nº 109-B/2001, de 27 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2002”.

Presidente: Informo a Câmara que foi solicitado um pedido de intervenção, por parte da Sra. Secretária responsável pela pasta da saúde.

Pedia aos líderes parlamentares o favor de se aproximarem da Mesa para tomarmos uma decisão.

(Pausa)

Está presente na Sessão um **Voto de Congratulação**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Campos, para fazer a sua apresentação.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Voto de Congratulação

Pedro Pauleta, apelidado de “O ciclone dos Açores”, jogador de futebol e homem que, em expressão cénica, exibida após a marcação de cada um dos seus golos, lembra, orgulhosamente, o Açor que simboliza a sua terra e se transformou em imagem de referência, transcendendo já o próprio atleta, sendo expressão recorrente de outros praticantes.

Pedro Pauleta tem sido alvo de diversas e merecidas homenagens. Também nós não poderíamos ser indiferentes ao reconhecimento dos êxitos deste futebolista e ao quanto ele tem contribuído para melhor dar a conhecer os Açores, de Santa Maria ao Corvo.

Este Micaelense de São Roque, nascido para o futebol na Comunidade de Jovens de S. Pedro, depressa despertou atenções, vindo a ser recrutado para as camadas mais jovens do Futebol Clube do Porto.

Seguiram-se, posteriormente, diversas experiências com passagem por vários clubes: Operário, Angrense e União Micaelense, nos Açores, Estoril Praia e, fogazmente, Os Belenenses no Continente.

Dá nas vistas no Salamanca de Espanha e o Desportivo da Corunha contrata-o. Passa a integrar o plantel da nossa selecção.

No Bordéus de França, onde Pedro Pauleta actualmente joga, salta para a ribalta, atingindo a plenitude do seu talento.

Pauleta é acarinhado pela comunidade emigrante portuguesa residente em França, respeitado pelos seus pares, apreciado pelos diferentes agentes desportivos e elogiado pelos órgãos de comunicação social deste país.

Os Açores surgem associados a Pauleta, quando é entrevistado ou motivo de notícia. Pauleta é, sem dúvida, um digno representante dos Açores no estrangeiro, num espaço comunitário interessante para nós e a para a nossa Região. Um cidadão açoriano que, quando fala da sua terra, se expressa com admiração e ternura.

Pauleta, sendo vedeta, tem sabido manter uma postura de humildade e espírito solidário que o enriquecem como desportista e como homem. É um bom exemplo desta sua particular forma de estar na vida a presença nas Olimpíadas de Paraplégicos.

Pauleta tem sido um verdadeiro embaixador dos Açores. Esperemos que continue a sê-lo, que continue a enaltecer a sua terra e as suas gentes e que se saiba retirar dessa sua prestimosa e permanente atitude, os melhores resultados.

Assim, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida na cidade da Horta, no dia 15 de Maio de 2002, emite um voto de congratulação pelo êxito desportivo e pessoal de Pedro Miguel Carreiro Resendes, mais conhecido por Pedro Pauleta, e pela divulgação dos Açores que lhe está associada.

Os Deputados Regionais do PS, Vasco Cordeiro, Francisco Sousa, Hernâni Jorge e Fernando Lopes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se com grande satisfação à aprovação deste voto que aqui é trazido à colação, para felicitar o Pedro Resendes, mais conhecido por Pauleta.

Trata-se de alguém que é um símbolo do sucesso, uma referência na devida interpretação das virtudes do desporto e, hoje, um ídolo para milhares de crianças que elegem o futebol como modalidade privilegiada.

Trata-se também de alguém que leva longe o nome dos Açores e que nos próximos dias levará ainda a outras paragens a referência desta Região ao envergar a camisola da Selecção Nacional no Campeonato do Mundo que tem lugar na Coreia e no Japão.

Por via da globalização mediatizada, naturalmente que vai chegar a milhões de lares. Neste momento, é oportuno dizer que o Pauleta, sendo um jogador de eleição, é um beneficiário desta globalização dos meios de comunicação social, porque houve outros atletas açorianos que também se distinguiram, provavelmente, num espaço

mais confinado às fronteiras do nosso país, de forma muito brilhante nos campeonatos nacionais de futebol da 1ª Divisão, como então se chamava.

Recordo apenas alguns: Mário Lino, Mário Laranjo (para citar dois do Faial, este último o primeiro internacional português de futebol) e Joaquim Semelhas (primeiro internacional dos Açores em futebol).

Vou citar ainda dois de São Miguel: Mariano Raposo e Armando Fontes. E dois terceirenses: Álvaro e João Medeiros.

Todos estes envergaram camisolas de clubes de 1ª Divisão Portuguesa e alguns com passagem em vários escalões com a camisola das quinas.

Associo-me também e vão-me permitir que o faça numa dimensão mais pessoal, com grande satisfação a este voto, por duas razões:

A primeira, porque tendo 17 anos de idade, tive o privilégio de integrar como titular, se me é permitida a imodéstia, uma equipa de futebol onde era ponta de lança Pauleta, o pai de Pedro Resendes, de quem o Pedro Resendes recebeu o apelido, mas principalmente o gosto pelo futebol e o apetite pela baliza.

A outra razão particular, é porque fui co-fundador da Comunidade Jovem de São Pedro, o Clube onde o Pauleta se iniciou no futebol infantil.

Portanto, a todas as razões aqui trazidas neste voto, tenho estas duas pessoais.

Creio, Sr. Presidente que neste voto, que vamos aprovar, vai naturalmente o nosso apreço para todos os desportistas açorianos que tanto no quadro competitivo, como no desporto de recreação, tomam por sua a divisa dos tempos clássicos do *mens sana in corpore sano*.

Com os desportistas também vai o apreço a todos os dirigentes que abnegadamente dão muito do seu tempo a uma causa colectiva e que por isso também merecedora do nosso apreço.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, por partilhar connosco a sua experiência desportiva.

O Orador: Coisa que nem todos podem fazer, Sr. Presidente.

Presidente: Muito bem, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ao contrário do Sr. Deputado Joaquim Machado, eu nunca fui jogador de futebol, mas nem por isso deixo de ter o gosto de me associar, e fazê-lo em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, a este Voto de Congratulação, pelo prestígio que o jovem Pedro Resendes tem dado à nossa terra.

Gostaria de frisar o êxito e o sentido de humildade que tem sempre posto, o que é um bom sinal para alguém que se torna uma referência para a juventude ter sempre esse espírito de humildade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Coisa que nem todos podem dizer!

O Orador: Infelizmente, é verdade!

Que este voto signifique, como ele próprio refere, que não se lembrem apenas do seu nome nestas ocasiões e que as entidades regionais saibam aproveitar esta dimensão internacional que ele tem tido e que tem contribuído também para a dimensão internacional dos Açores, apoiando e lembrando-se nos outros momentos que tem este açoriano convicto e empenhado nesse mundo.

Portanto, é também este apelo às entidades regionais que deve significar este Voto de Congratulação.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito brevemente para nos associarmos ao Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista, que é merecido.

Gostava de fazer apenas duas brevíssimas considerações.

É curioso registar que este futebolista de primeira água que agora integra a Seleção Nacional Portuguesa no campeonato do mundo, iniciou-se em São Miguel, fez parte da sua carreira nos Açores, em seguida no Continente, mas não numa equipa de primeira linha e consagra-se por fim, internacionalmente, em Espanha e posteriormente em França.

Seguiu um percurso diverso da generalidade dos futebolistas que normalmente têm consagração na primeira liga portuguesa, antes de passarem a outros escalões e a outros países.

Pauleta teve um percurso particular o que denota que teve nível e categoria para poder enfrentar e criar um percurso particular, porque não tinha com certeza outras razões que o levassem a ter uma carreira mais fácil. Teve, portanto, uma carreira muito difícil, que ele soube construir, alicerçar e manter, mantendo todas as suas características e mantendo, como é dito no voto, uma forte ligação à sua terra.

A nossa associação a este voto é com profunda convicção. Entretanto não queríamos deixar de chamar a atenção que o facto da nossa sociedade gerar um Pauleta e gerar mais meia dúzia de futebolistas de mérito ou desportistas de mérito em várias modalidades, não pode ser entendido como razão para estarmos satisfeitos com a política desportiva global, o fomento do desporto, a divulgação desportiva que se faz na Região.

Temos que apoiar estas excepções, temos que trabalhar para que haja muitas mais excepções.

Associamo-nos a este voto do Partido Socialista com este sentido de que é necessário introduzir nas actividades desportivas da nossa Região uma vertente promocional, uma vertente de divulgação muito mais forte e muito mais intensa.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor deste Voto de Congratulação, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos iniciar o período destinado às intervenções de interesse político relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A construção do novo edifício da Escola Básica Integrada do Topo decorre a bom ritmo, encontrando-se já na sua fase final.

Vamos ter, também neste caso, uma das melhores escolas da Região.

Uma escola moderna, de grande qualidade, que vai com certeza proporcionar aos alunos, professores e funcionários uma grande motivação nas suas actividades profissionais.

Trata-se de um estabelecimento de ensino que, também pela sua boa localização, vem valorizar e dinamizar de sobremaneira a Vila do Topo e conseqüentemente toda aquela zona oriental da ilha, permitindo assim que os alunos não se desloquem diariamente cerca 60 Km, saindo de madrugada e regressando à noite, por estradas enevoadas, para prosseguirem os estudos a partir do 2º ciclo, como tiveram que fazer gerações anteriores.

O Sr. Secretário Álamo de Meneses soube interpretar bem a vontade da população e dos seus interlocutores. Era, na realidade, uma antiga aspiração nossa, que brevemente ficará resolvida.

Permitam-me que lhe dirija uma palavra de especial apreço pela sua determinação em concretizar esta importante obra para a ilha de São Jorge, que traduz, com toda a certeza, o sentimento da população e das respectivas autoridades oficiais que também se envolveram de forma muito empenhada, na prossecução deste objectivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Preocupa-nos, todavia, o atraso que está a verificar-se na construção do Pavilhão Gimnodesportivo desta Escola.

O projecto inicialmente apresentado não correspondeu às expectativas e, por isso mesmo, os órgãos dirigentes daquela Escola – nomeadamente a Assembleia e Conselho Executivo –, bem como as autarquias locais, solicitaram à Secretaria uma alteração ao projecto.

Entretanto, já muito tempo se passou e a realidade é que não temos informações concretas sobre o ponto da situação deste assunto. Nem nós as temos, nem os próprios órgãos da Escola as possuem.

Senhor Secretário:

O Pavilhão Gimnodesportivo é uma grande necessidade da comunidade escolar e também dos diversos agentes desportivos de toda a zona do Topo.

Estes, devem ter acesso também a idênticas condições para a prática desportiva em relação a outras parcelas da Região e isso passa inequivocamente pela existência de um Pavilhão Gimnodesportivo escolar com dimensões oficiais e acessível à população.

Caberá referir aqui, nesta Assembleia, que esta Escola, apesar de todas as dificuldades que tem sentido, está a desenvolver um excelente trabalho a vários níveis, mas também no que respeita à área do desporto.

O Clube Desportivo da EB/I do Topo, criado no ano lectivo 1999/2000, tem tido, em todas as épocas desportivas, e com início logo no ano da sua criação, uma participação muito digna nos Torneios Regionais de Voleibol.

Convém aqui, pelo seu significado, lembrar o palmares desta equipa: desde um quarto lugar no Torneio Regional conseguido no ano da sua fundação, a um segundo lugar no ano imediatamente seguinte, a sua participação tem sido brilhante, tendo conseguido, novamente este ano, o terceiro lugar do Torneio Regional.

Esta referência que faço nesta Assembleia ao conjunto de atletas – que considero verdadeiras campeãs – é meritória, pois as condições de treino e de competição que possuem são muito adversas.

O seu trabalho é desenvolvido num recinto aberto, quantas vezes debaixo de chuva e mau tempo – condições bastante desiguais em relação às restantes equipas.

Esta dinâmica será com certeza também um factor de ponderação e de sensibilização para a Secretaria Regional da Educação não deixar protelar mais o início da obra de construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica Integrada do Topo.

O atraso verificado está a preocupar os responsáveis pelos diversos órgãos desta Escola e muito especialmente os jovens daquela zona.

A construção desta infraestrutura facultará aos atletas de todos os Grupos Desportivos ali sediados e a muitos outros jovens, bem como à população em geral, as necessárias e imprescindíveis condições para o desenvolvimento desportivo, numa zona onde o clima é um sério obstáculo à prática de quase todas as modalidades.

Estou certo, Sr. Secretário, que a sensibilidade de V. Ex^a, já demonstrada em outras ocasiões, deverá, com certeza, dar-nos a garantia de que o Pavilhão Gimnodesportivo será, muito em breve, uma realidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sinto-me na obrigação de trazer a esta Assembleia, uma vez mais, uma grande preocupação que os jorgenses estão a sentir neste momento, no que respeita aos transportes marítimos que efectuam as ligações inter-ilhas do Grupo Central.

Trata-se dos problemas provocados pelo facto destes barcos de passageiros não estarem a fazer serviço no Porto da Vila da Calheta e as indicações que temos de que esta situação se vai manter durante este ano.

Parece impossível que o Governo Regional tenha autorizado esta situação ignorando pura e simplesmente aquele porto.

Algumas pessoas têm que se deslocar quase de uma ponta à outra da ilha para embarcarem e de seguida fazerem o percurso em sentido contrário – de cerca de duas horas – pelo mar, para se deslocarem à Ilha Terceira.

Gostava de perceber qual o motivo, se é que nos pode explicar.

Sr. Secretário:

Se o motivo é a obra de reoperacionalidade do Porto, quer dizer que vamos passar dois anos sem os navios efectuarem as operações de atracagem naquele porto? Não existirão soluções para este problema?

Se assim é, as coisas não estarão convenientemente programadas, como de resto parecem não estar, fazendo fé em declarações feitas à comunicação social pelo Sr. Secretário da Economia, sobre um pequeno desvio da marginal da Vila que a população pretende que o Governo construa, por forma a que esta via regional e não camarária, como disse o Sr. Secretário, desemboque directamente no Cais.

Quem conhece bem a Vila percebe que o acesso a que me refiro é essencial para o bom funcionamento daquele porto.

Ou então, o que pensará o Governo Regional do futuro daquele porto?

Será que existem algumas ambiguidades em relação ao seu funcionamento?!

Não quero crer, Senhor Secretário.

É minha convicção de que o Porto da Calheta vai desempenhar um papel fundamental no tráfego de passageiros e mercadorias no Grupo Central devido à sua localização estratégica, como se depreende das intenções já expressas por alguns dos principais armadores que operam nesta zona.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que nós estamos a fazer obras no porto da Calheta. Essas obras têm o prazo de execução de 14 meses. A obra já começou e no Verão de 2003 estará pronta.

Este Verão vão-se perder ligações, porque estamos em obras e temos que aproveitar toda aquela bacia ao máximo este ano para se fazer as obras. Nós não podemos ter transporte de passageiros e obras ao mesmo tempo. Alguma coisa tem que ser sacrificada.

Para fazermos essas obras exige-se o sacrifício de todos, neste momento. Quando se faz obras numa casa, exige-se um bocadinho de sacrifício das pessoas.

Neste momento, os comerciantes da Calheta terão que fazer um pouco de sacrifício, mas a realidade é que a Vila da Calheta vai ganhar muito com a construção daquele porto.

A ilha tem 10 mil habitantes. Tem um porto comercial que é o das Velas.

O porto da Calheta vai ficar muito melhor do que estava. Vai ter possibilidade de haver alguma actividade comercial, vai servir melhor as pescas, vai ter a possibilidade de se criar um núcleo de recreio, mas a realidade é que as cargas que vão para a Ilha de São Jorge são aquelas e não são mais que aquelas. Uma parte poderá ser desviada para a Calheta, mas será uma pequena parte.

O porto vai ter certamente outra funcionalidade que não tinha antes, mas a realidade é esta. Nós estamos a melhorar significativamente a operacionalidade daquele porto, estamos a dar uma perspectiva de desenvolvimento diferente àquele concelho, mas não se queira tudo, porque não podemos querer tudo ao mesmo tempo. Essa é a realidade.

Nós estamos a fazer um investimento no Concelho da Calheta de 1 milhão e 800 mil contos.

Pelos vistos, segundo a nossa perspectiva, não é necessário, para já, nenhuma alternativa à actual existente. Ela funcionou no passado e irá funcionar no presente. Haja disciplina no trânsito, porque não estão a atracar barcos todos os dias no porto da Calheta, não há um movimento a mais que seja necessário construir uma alternativa. A realidade é esta.

Não sei se justificará uma nova alternativa ao porto.

Se a Câmara Municipal quiser um prolongamento da avenida, encantado da vida. Nós estamos aqui para apoiar.

Neste momento, nem o Governo, nem a Secretaria da Economia consideram isso como prioritário.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um simples esclarecimento, porque creio que o Sr. Secretário da Economia já prestou os esclarecimentos mais adequados à intervenção do Sr. Deputado Aires Reis.

Todavia, gostaria de felicitá-lo pela intervenção que fez, sobretudo no que concerne à Escola Básica e Integrada do Topo. Creio que o Sr. Deputado Joaquim Machado desta vez estava distraído e não percebeu bem o que ali foi dito relativamente a essa estrutura escolar de tão boa qualidade, como referiu e muito bem na tribuna e que vai beneficiar a Ilha de São Jorge, mais concretamente os utentes daquela unidade escolar.

Relativamente ao porto da Calheta, como o Sr. Deputado sabe, as obras estão em curso. De facto, houve a necessidade de utilizar a plataforma do cais existente para estaleiro e isso prejudica a operação dos barcos de cabotagem nesse porto.

Também como é capaz de perceber, para se fazerem limpezas do fundo e avançar-se para a ampliação que está em curso, obviamente que todo o rumo de aproximação ao porto, fica dificultado precisamente por essas obras.

Quanto à questão do trânsito, devo dizer que nesta via há maior fluxo rodoviário, provocado pelas obras do porto da Calheta e julgo que com uma sinalização de trânsito adequada a esta situação, poder-se-á resolver essa situação pontual, os embaraços ao nível do trânsito que se verifica nesse troço de estrada.

Era apenas isto que pretendia dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Custa-me muito ouvir argumentos do género: São Jorge tem apenas 10 mil habitantes, portanto, só pode ter determinadas coisas. Esse argumento, na minha opinião, é um pouco infeliz. Falar em número de habitantes nos Açores, é um pouco infeliz.

Sr. Secretário, a população do concelho da Calheta e, em geral, da Ilha de São Jorge, não pode aceitar que os barcos não encostem no porto da Calheta durante este período.

A população não pode aceitar que os barcos não façam a operação no porto da Calheta.

Aproximamo-nos do Verão e a ilha tem bastante movimento à custa disso.

Na minha opinião, é possível encontrar-se outras soluções do que aquela que foi encontrada. Aliás, ninguém sabe qual foi a solução encontrada. Ligamos para a agência de viagens e a resposta é: se calhar o barco encosta na Calheta, mas é melhor ir para as Velas se quiser ter a certeza de ir para a Terceira. Isto é completamente ridículo.

Sobre esse assunto, Sr. Secretário, acho que estamos entendidos.

Em relação àquilo que vai ser o futuro porto da Calheta, preocupa-me o facto do Sr. Secretário não definir claramente, nem nunca ter dito nesta Assembleia, o que é que vai acontecer em termos de transporte de passageiros.

Penso que o porto da Calheta está a ser feito exactamente para que o barco que faz o transporte de passageiros, faça as suas operações nesse porto. Agradecia que o Sr. Secretário nos desse um esclarecimento sobre isso, ou seja, se o porto da Calheta vai ou não permitir que os barcos de passageiros façam as suas operações durante todo o ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando eu falei no facto da ilha ter 10 mil habitantes e da carga consequente que esta ilha tem, é porque é um facto.

São Miguel tem 54% da população e tem 60% da carga. A Terceira tem 22,5% da população e tem 25% da carga. As restantes ilhas têm 15% da carga dos Açores.

São Jorge pelo facto de ter 10 mil habitantes, tem uma carga adstrita a esses habitantes, porque eles consomem todos os dias e exportam também.

Nos temos uma actividade em São Jorge de lacticínios, onde há uma exportação de queijo e uma exportação de carne. Há produtos que são importados e outros que são exportados. Nós conhecemos exactamente quais são.

O porto da Calheta foi exposto publicamente para discutir qual a capacidade e a operacionalidade que ele tinha.

O Sr. Deputado se teve presente nesta reunião, teve a possibilidade de expor os seus pontos de vista.

Naquela baía, a nível de construção, o máximo que se pode fazer é o que está a ser feito.

Melhor, posso afirmar que é quase impossível.

Nós estamos a fazer o máximo que podemos naquele local, ou seja, na Calheta. Noutro local podíamos fazer uma coisa maior, mas naquela baía o que está a ser feito neste momento é o melhor que podemos fazer.

A operacionalidade que aquele porto vai ter é exactamente aquela que as condições naturais o permitem. Naquele local não podem atracar barcos com mais de 100 metros e o Sr. Deputado sabe disso perfeitamente. O cais acostável tem 60, 80, 90 com bom tempo poderá ir um pouco mais, mas há aqui algumas condicionantes de operacionalidade que aquele porto irá sempre ter.

Com certeza que o Cruzeiro das Ilhas, o Cruzeiro do Canal e o Expresso do Triângulo poderão atracar perfeitamente naquele porto, porque ele vai ter condições melhores do que tinha no passado. Portanto, vão poder operar com maior segurança durante todo o ano, ou melhor, sempre que o tempo o permitir.

Aquele porto está vocacionado para o transporte de passageiros com este tipo de embarcações, para traineiras, para barcos de carga estilo TMG e de outros barcos que a Transmaçor venha a ter.

Não poderão atracar barcos de contentores daqueles que fazem o transporte Açores/Continente. Esta é a realidade que nós temos.

São Jorge tem o porto da Velas.

Uma boa parte das trocas comerciais que se faz actualmente com a Terceira, pode ser feita através daquele porto, porque ele fica mais próximo da Ilha Terceira, principalmente de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória.

O que nós estamos a fazer tem vantagens e certamente vai beneficiar o concelho.

Não se pode querer tudo. Não se pode querer que o porto da Calheta tenha as condições de operacionalidade que tem o porto das Velas. Não tem nem nunca o terá. Por mais que se faça, nunca terá estas condições.

Tem as suas limitações e resultam, em primeiro lugar, da capacidade que a ilha tem de gerar carga e da capacidade que a ilha tem de importar carga, que é limitada por ser uma ilha com 10 mil habitantes e este é um facto importante que é preciso reter; em segundo lugar, porque aquela ilha tem o porto comercial das Velas e, em terceiro lugar, porque aquele porto comercial tem limitações de operacionalidade próprias do local geográfico onde está inserido. Isso condiciona aquele porto.

A partir daí, tudo é possível e os empresários privados com certeza irão conhecer as condições para poder operar, da forma que eles entenderem melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular gostaria de referir, em relação a esta matéria, que está genericamente de acordo com o Sr. Secretário Regional da Economia nas observações que faz e no entendimento de que, sem prejuízo da dinamização que for possível fazer relativamente ao porto da Calheta, no âmbito dos investimentos que estão a ser feitos, obviamente que não se pode deixar de ter presente princípios de racionalidade e de objectividade, relativamente à utilização da carga comercial daquela ilha ou de outra qualquer.

Todavia, Sr. Secretário, parece-nos que relativamente a um dos pontos que foi aqui referido pela intervenção do Sr. Deputado Aires Reis, é imprescindível que durante o período de Verão que agora se aproxima, haja uma definição de qual será a operacionalidade do porto da Calheta, em matéria de transporte de passageiros.

Parece-nos que uma das legítimas apreensões da população que expira ser servida por aquele porto, é o saber se há ou não, durante este Verão, operacionalidade daquela estrutura que está em fase de obras. Portanto, encontra-se limitadíssima.

Gostaria que ficasse claro que, na nossa óptica, o problema não é se deve ou não deve haver operacionalidade, mas o que é que é possível. Se é possível ou não, que se diga.

Nesse âmbito, Sr. Secretário, se me permite, e numa perspectiva regional, nós estamos apreensivos nessa matéria de transportes marítimos de passageiros, na actual situação que envolve as ilhas do Grupo Ocidental da nossa Região Autónoma dos Açores.

Como é sabido, há um compromisso do Governo e um empenho de todos nós para que as ilhas das Flores e do Corvo possam ser servidas de alguma maneira, na medida do razoável e do possível, pelo transporte marítimo de passageiros. Aliás, no passado, todos nós sabemos que isso acontecia com as vicissitudes que também são conhecidas, nomeadamente era possível fretar a lança do mestre Augusto para ir ao Corvo e vice-versa.

Neste momento, com a entrada em funcionamento do navio misto, que tem uma capacidade limitadíssima de passageiros – salvo erro, 11 passageiros e a sua utilização exclusiva para passageiros julgo que não é do agrado do próprio armador, porque envolve custos muito superiores àqueles que eram praticados pelas lanchas tradicionais – há uma absoluta indefinição sobre o transporte de passageiros durante o próximo Verão no Grupo Ocidental da Região Autónoma dos Açores.

De resto, temos conhecimento de grupos visitantes à Ilha das Flores, cuja visita pressupunha uma deslocação ao Corvo. O facto de não se garantir uma deslocação marítima à Ilha do Corvo, levou, no caso concreto de uma reserva numerosa, ao cancelamento dessa reserva em unidades hoteleiras da Ilha das Flores.

Sr. Secretário, parece-nos que era fundamental que a Região nesse domínio, e uma vez que se aproxima o Verão, tivesse uma política sobre essa matéria.

Como é sabido, há uma embarcação que foi adquirida por um armador da Ilha das Flores, expressamente para o transporte de passageiros. Essa embarcação está varada e, neste momento, perante contactos estabelecidos, a empresa não garante, nem se compromete com qualquer viagem.

Em conclusão, o Sr. Secretário saberá tão bem como eu, que neste momento ninguém pode, previamente reservar um transporte marítimo normal de passageiros entre aquelas duas ilhas.

Pergunto se o Governo tem alguma solução para essa situação anómala.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Nunes.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de colocar uma pergunta ao Sr. Secretário.

Aquando da construção do porto do Corvo, suponho que estava a prevista a dragagem do mesmo. Na altura não foi possível efectuar essa dragagem e conforme o porto das Flores sofreu alguns prejuízos derivado do mau tempo, gostaria de saber se o Sr. Secretário tem alguma previsão para quando se prevê a dragagem do porto da Ilha Corvo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Lembro que começámos a discussão sobre São Jorge e o porto da Calheta.

Não quero restringir o debate, mas isto não é como as cerejas, senão, daqui a pouco estamos a discutir a política de transportes, não sei de onde.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao porto do Calheta, nós não o contemplamos, propositadamente, nos horários da Transmaçor, porque sabíamos que o período mais forte de obras naquele porto seria neste Verão.

A obra foi adjudicada penso que em Dezembro do ano passado, tem 14 meses de prazo de execução e já tem muito trabalho feito em terra.

Quando começar o período de bom tempo, Maio, Junho, Julho, Agosto e Setembro, é preciso fazer dragagens, partir pedra, fazer toda a obra básica naquele porto.

Este Verão é para esquecer em termos de tráfico de passageiros, porque tudo o que for possível ser feito naquela obra, será feito este Verão.

Neste Verão serão montados os caixetões que a Somague já tem prontos. A obra no mar ainda não está suficientemente avançada para os colocar no local.

Nós não podemos prever ao milímetro quando é que isto será feito. Será feito nos meses de Junho, Julho ou Agosto. Depende do andamento das obras e o Sr. Deputado não pode dizer ao Sr. Secretário Regional da Economia que não foi feita programação, porque as obras do mar são assim mesmo. Tem que se fazer uma parte em terra e o que se faz no mar depende muito do bom tempo. Não é possível fazer qualquer tipo de programação.

Posso garantir-lhe que este Verão não há transporte marítimo de passageiros pelo menos previsto para aquele local, por isso não foi afixado naquele local.

No caso do transporte marítimo entre as Flores e o Corvo, nós temos um contrato com a família do José Augusto e com a Transinsular que fez a empresa Mareocidental que obriga a empresa a fazer cem viagens de passageiros por ano e duas viagens por semana de transporte de carga.

Sempre que o transporte de carga tem transporte de combustível, não pode ser contada a viagem para transporte de passageiros. Como tal, no mesmo contrato

prevê que é obrigatório a empresa utilizar outra embarcação auxiliar para fazer o transporte de passageiros.

Neste momento nós estamos em conversações com a empresa para fixar este horário no mês de Julho e Agosto, porque é nesta altura que há uma maior frequência.

Este ano começámos assim. O barco chegou há pouco tempo e há aqui um certo acerto a fazer, mas penso que as coisas agora estão certas e os horários serão fixados brevemente.

No que diz respeito à dragagem do Porto da Casa do Corvo, nós estamos com um problema grave nas Flores. O porto foi atingido e nós já estamos a fazer o conhecimento do porto em termos de batimetria para fazermos o projecto.

Temos toda a esperança que ainda este Verão se consiga atacar o porto e quando se movimentar equipamento para lá, far-se-á uma dragagem do Porto do Casa, no Corvo. É isso que lhe posso informar.

Nós estamos convencidos que ainda este ano temos hipóteses de ir ao porto das Flores. Temos que ter o projecto feito e ainda não o temos, temos que fazer o levantamento topo-hidrográfico e ainda não está pronto. Portanto, há aqui todo um conjunto de passos que estamos a dar.

No caso do porto da Praia da Vitória já estamos a trabalhar. Já temos o levantamento topo-hidrográfico praticamente pronto e estamos a fazer o projecto. Temos que apressar o passo, porque o Verão também está aí.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu não queria de forma alguma ser teimoso, mas queria sugerir-lhe que estudasse melhor a possibilidade dos Cruzeiros fazerem as operações no porto da Calheta, ainda este Verão. Se calhar ainda é possível, pelo menos nalguns meses. Este é um assunto que merece ser visto um pouco melhor.

Gostaria ainda de questionar o Sr. Secretário sobre o assoreamento da baía do porto da Calheta.

Como o Sr. Secretário sabe, a baía está bastante assoreada e gostaria de saber se o senhor está na disposição de estudar a possibilidade de se proceder à dragagem da baía, por forma a resolver este assunto.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser bastante explícito sobre o porto da Calheta.

Não é possível programar com antecedência o que irá acontecer com as obras marítimas, porque elas dependem do bom tempo. Portanto, não posso anunciar qualquer horário de passageiros para o porto da Calheta. Isso não é possível. Mas sempre que for possível e o operador quiser ir lá, com certeza que o poderá fazer.

Em relação à dragagem do porto há obras que estão claramente programadas e que constam do caderno de encargos, do programa de concurso e que constam também da dragagem do local onde se faz a atracagem dos barcos. Portanto, toda aquela zona do porto será dragada. Alguma rocha será cortada para aumentar a profundidade.

Quanto ao resto é provável que concomitantemente se limpe alguma zona proveniente de obras anteriores feitas antigamente que foram mal feitas e que originaram o processo.

Presidente: Não havendo mais inscrições neste momento, dou por encerrado o debate relativo a esta intervenção.

Tem a palavra o Deputado José Humberto Chaves para uma intervenção.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje é mais um dia negro para Santa Maria. O seu aeroporto encerrou a partir das 00H00 até às 6 da manhã ao tráfego aéreo, o que se regista pela primeira vez.

É, assim, que, mais uma, vez os marienses se vêem espoliados de um bem, de um meio que, porventura, no futuro poderia ser um pólo de desenvolvimento económico.

Encerra-se hoje um capítulo da vida de uma infraestrutura que serviu dia e noite, durante anos a população açoriana, o mundo e de porta aviões do Atlântico Norte.

É triste para quem conheceu o Aeroporto Internacional de Santa Maria assistir a mais este rude e traiçoeiro golpe que é desferido à ilha que acontece porque houve algo que, falhou!

Atribuir culpas será talvez o caminho mais fácil o que não pretendemos fazer de ânimo leve. Quem as tem deve assumi-las sejam elas de quem forem.

Aos marienses interessa-lhes saber quem está do seu lado e não pretendem pactuar com ninguém que os ouse prejudicar.

Se em 1980 as escalas comerciais foram retiradas da ilha e houve um decréscimo da importância do Aeroporto Internacional de Santa Maria, com esta medida dá-se a machadada final. Será que se pretende dentro de pouco tempo reduzir-se o comprimento das pistas e transformá-lo num simples aeródromo?

Já não sabemos o que pensar.

Será que o que temos de fazer é revoltarmo-nos, saindo à rua ou criando problemas ao poder político instituído? Temos direito a tomar medidas contra esta decisão e não nos podemos calar nem o vamos fazer.

Não admitimos que haja responsáveis da ANA-SA que minimizem os efeitos negativos, que esta decisão acarreta, porque estão em causa futuros postos de trabalho e conseqüentemente o desenvolvimento económico da ilha.

A empresa pública em questão não pode mandar nos Governos e os Governos não se podem deixar embalar pelas, suaves palavras dos seus administradores e ou responsáveis locais .

É tal a prepotência que um dos responsáveis da ANA-SA afirmou peremptoriamente que o encerramento do Aeroporto de Santa Maria é irreversível, como se não houvesse quem pudesse modificar tal decisão!

Promessas, só promessas, é o que ANA-SA tem feito nos últimos anos e as que agora surgem, criação de um entreposto de cargas e voos de treino para pilotos, além

de serem velhas, as propostas agora anunciadas devem ser encaradas como mais uma patranha da empresa. Os marienses estão como S. Tomé: “Ver para crer!”

As culpas devem-lhe ser imputadas directamente porque não soube ou não quis, a tempo e horas, fazer a monitorização do Aeroporto de Santa Maria. A aquisição do equipamento não será certamente muito dispendiosa, comparado com outros investimentos feitos noutros aeroportos do País.

Em Santa Maria os investimentos feitos pela empresa são muito poucos e os que são realizados são sempre enxertos vendo-se, bem pouco, construído de raiz. O exemplo mais visível é o que se passa ao nível das infraestruturas, nomeadamente, nas estradas e no saneamento básico que se encontram numa autêntica desgraça, talvez pelo facto, de se pretender **sempre** economizar em vez de investir naquilo que é necessário

Para a ANA-SA contam mais os aspectos económicos do que a segurança daqueles que atravessam o Atlântico Norte, que com o encerramento do Aeroporto de Santa Maria perdem um apoio muito importante em terra. E não me venham dizer que em 10 minutos o aeroporto fica operacional, porque não acredito!

A ilha vai perder e a Região também!

Com o encerramento do Aeroporto os grandes prejudicados são os jovens porque se vêem obrigados a sair da ilha para procurar emprego, porque em vez de se abrirem portas, elas vão-se fechando.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

E a Sata-Air-Açores? Vai diminuir o seu quadro de trabalhadores na ilha já que aumentá-lo será praticamente impossível?

E as companhias de abastecimento de combustíveis, poderão também dispensar ou transferir funcionários para outros locais?

E a ANA-SA vai admitir os Bombeiros que estão a receber formação nesse momento? É de relevar que muitos deles deixaram os seus empregos e os estudos por lhes terem praticamente assegurado a sua admissão na empresa. E os concursos para admissão de mais funcionários vão ser feitos?

Aonde vamos parar?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Onde é que esteve parado?

O Orador: Daqui a pouco eu já lhe digo.

E o acordo das Lajes? Será que Portugal está a cumprir o acordo? Não interessa agora o que está escrito nesse documento que prevê que o Aeroporto de Santa Maria sirva de aeroporto alternativo ao das Lajes?

E o que fazer agora? Que medidas enérgicas pretende o Governo Regional tomar junto do Governo da República para que rapidamente esta resolução seja revista? Exige-se firmeza e estou certo que tal não vai faltar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Governo esteve sempre ausente!

O Orador: E o Governo da República qual a acção que vai tomar? Será que Durão Barroso vai proceder de igual modo como António Guterres o fez em relação ao NAVII?

Deputado João Cunha (PSD): Quem sabe?!

Ele se fizer, vai fazer melhor que Guterres!

O Orador: E os nossos deputados da República o que podem fazer? Vão falar? Vão tomar a defesa dos Açores ou vão cumprir as regras impostas pelo seu Partido? Estou certo que tudo farão para que a Região Autónoma não seja mais uma vez prejudicada.

Encerrando o Aeroporto de Santa Maria está o Governo da República prejudicando a ilha, os seus habitantes os Açores e está, como se disse, pondo em causa a segurança dos passageiros que viajam no Atlântico. Norte.

Não podemos estar de acordo e por isso mesmo protestamos veementemente por tal facto e não nos vamos acomodar, porque contrariamente ao que os responsáveis da ANA-SA dizem, para nós a manutenção da operacionalidade do aeroporto de Santa Maria durante as 24 horas é muito importante.

O sentimento de revolta, de impotência e de descrédito nos Governantes responsáveis por tal medida, reinam no peito dos marienses que certamente, como disse, vão lutar com todas as suas forças para que a situação, hoje iniciada, seja no mais curto espaço de tempo invertida, nem que para isso tenham que exercer formas de luta que habitualmente não são usadas nas nossas ilhas.

Que haja justiça, que se cumpram os acordos celebrados entre Portugal e os Estados Unidos, que se deixe de hipocrisias, são os votos e o desejo daqueles que habitam em Santa Maria, e é certamente o que o Governo Regional dos Açores e este Parlamento exigem também.

Disse:

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Em primeiro lugar, queria manifestar, em nome da bancada do PCP, concordância e solidariedade com as posições que assumiu aqui em relação ao aeroporto de Santa Maria.

Em segundo lugar, queria colocar um problema que me parece sério, de forma séria. Estas situações que acontecem, que estão a acontecer e que podem acontecer, não devem tendencialmente ser encaradas por nós, na Região, como motivo de alinhamento partidário em função de quem exerce as tutelas ou os poderes, seja o Governo da República ou seja o Governo Regional.

Tenho ideia de que o problema do aeroporto de Santa Maria e uma eventual alteração do seu Estatuto de aeroporto alternativo, de aeroporto de escalas técnicas internacionais, é um problema demasiado sério para ser levemente resolvido, invocando a lei do ruído por uma administração de uma empresa, de uma sociedade anónima de capitais público, simplesmente.

É um problema que ultrapassa essa dimensão e é um problema político que tem que ser politicamente encarado.

É neste sentido que dirigia ao Governo Regional, desde logo, e ao Sr. Secretário Regional, em particular, opinião e posição sobre esta questão.

Muito obrigado.

Presidente: Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Eu subscrevo quase integralmente aquilo que disse, mas penso que há aqui duas questões que, em nome da seriedade, devem ser postas.

A primeira questão é que a lei do ruído já foi publicada há muitos meses e, desde essa altura, eu não vi o Sr. Deputado tomar qualquer posição nesta Assembleia ou publicamente.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Já tinha fechado o aeroporto?

O Orador: Ah! Pois não! Mas o Decreto-Lei já dizia que fechava a 14 de Maio.

Isto leva-me a uma segunda questão: Por que existe agora essa insistência reivindicativa?

Eu concordo que se reivindique, mas se calhar devíamos ter reivindicado desde o início.

Eu fazia parte de um grupo de trabalho, conjuntamente com a Câmara Municipal de Vila do Porto, e enviámos ao Sr. Secretário, no mês de Outubro, um ofício que dirigimos ao então Ministro da tutela, Dr. Ferro Rodrigues

Já agora, uma vez que na sua intervenção falava no sentido do Governo Regional reivindicar junto do Governo da República, perguntava ao Sr. Secretário Regional da Economia quais foram as medidas que desde essa data até agora o Sr. Secretário tomou relativamente a essa matéria.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de abordar este processo de uma forma simples, directa e sem demagogia.

A Secretaria Regional da Economia e o Governo Regional dos Açores, em diversos ofícios que fez ao Ministério do Equipamento, à Secretaria de Estado e à ANA, disse

que estávamos preocupados com este assunto e queríamos que a ANA colocasse os equipamentos necessários para a monitorização do ruído e que mal eles estivessem instalados, o Governo Regional estaria na disposição de emitir uma portaria que dispensaria o aeroporto de Ponta Delgada e o de Santa Maria da lei do ruído. É possível fazer e nós estamos preparados para o fazer.

Sabemos que os equipamentos de monitorização do ruído já foram adjudicados e que nos meses de Junho ou Julho serão colocados nos diversos aeroportos da ANA. Imediatamente, porque só o podemos fazer de imediato, iremos publicar uma portaria que dispensará os aeroportos de Santa Maria e o de Ponta Delgada de fechar entre a meia-noite e as 6 horas. Prestem atenção, porque esta é uma parte do problema. Resta outra parte.

Vejam a argumentação da ANA.

Como disse aqui o Sr. Deputado, o acordo da Base das Lajes exige que os Açores tenham um aeroporto alternante ao da Terceira. Isso significa que o aeroporto de Santa Maria não pode fechar totalmente. A ANA não pode fechar como quer, ou como está a dizer. Significa que vai ter sempre três oficiais, de permanência, entre a meia-noite e as 6 horas para que numa emergência qualquer, um avião militar possa aterrar em Santa Maria. É um acordo. O Governo da República está obrigado e terá que cumprir.

A questão é meramente económica.

Eu pegava nas palavras do Sr. Deputado Decq Mota: isto não é uma questão partidária, não é uma questão de ilha, não é uma questão dos Açores, muito menos uma questão do país.

Lembrem-se um pouco de há alguns meses atrás, o desastre que ocorreu com a Air-Transact. O aeroporto das Lajes estava aberto, mas imaginem que ele estava fechado, que estava nevoeiro. Onde é que ele ia aterrar?

Nós estamos no meio do Oceano Atlântico. Por três, quatro ou mesmo cinco mil contos, que custará a mais o prejuízo que poderá ter o aeroporto de Santa Maria por estar aberto todo o ano durante a noite, não valerá bem mais termos sempre no meio do Oceano Atlântico dois aeroportos prontos a aterrar, em caso de desastre que ocorra nos céus do oceano?

Vamos estar aqui a poupar três ou quatro mil contos, quando nós sabemos que neste momento aterram em Santa Maria, em escalas técnicas durante a noite, 280 aviões? Foi o que aconteceu o ano passado.

Equivale a algum dinheiro que a ANA tem e ela é obrigada, por força do Acordo da Base das Lajes, a ter três oficiais de serviço.

Será que não é uma mais valia ter o aeroporto aberto? Não por casa da ilha, não por causa dos empregos da ilha, mas por uma mais valia de Portugal, que oferece à Europa e aos Estados Unidos ter no meio do Oceano Atlântico dois aeroportos sempre abertos para uma eventualidade que possa ocorrer.

Penso que esta visão global vale mais do que esta pequena visão partidária, de ilha, ou de paróquia.

Tudo faremos de uma forma calma, sossegada, falando às pessoas o que devemos falar,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Falando a verdade, que é o que importa!

O Orador: ... fazendo ver os nossos pontos de vista e achamos que todos os partidos, sem excepção, devem colaborar connosco porque não é uma questão partidária que está aqui em causa, nem é uma questão de ilha. É, de facto, uma mais valia para o país inteiro. Nós acreditamos que temos razão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que estou inteiramente de acordo com aquilo que o Sr. Secretário acabou de dizer. Certamente, tranquiliza todas as pessoas de Santa Maria que, como se sabe, vivem muito dependentes do funcionamento do aeroporto, do centro de controlo, etc., etc....

Em relação a não ter levantado este problema antes, é porque tinha conhecimento do que é que o Governo Regional estava a fazer. Eu sabia que o Governo Regional estava a envidar todos os esforços para que o assunto ficasse resolvido.

Mesmo assim, no Asas do Atlântico, onde o Sr. Deputado Sérgio Ferreira é Presidente, dei uma entrevista publicamente. Portanto, não me escondi e tomei uma posição pública sobre o assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

Se o senhor sabia que o Governo Regional estava a tratar do assunto, então pergunto-lhe por que é que só agora é que o levanta? Ele já está tratado? Só agora é que veio falar dele!

Das suas palavras posso depreender que ele já está resolvido. Por que é que só agora é que veio falar? Por que é que não fez esse discurso há 4 ou 5 meses?

Só agora é que achou oportuno falar. Ainda bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estou aqui para receber ordens de quando devo falar ou quando não devo falar. Eu falo quando quero e entendo!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Sr. Deputado tem todas as possibilidades de falar e falou quando quis e entendeu e nunca lhe disse se devia ou não devia falar.

Eu continuo a dizer que acreditava e acredito naquele pouco conhecimento que tinha sobre o que o Governo Regional estava a fazer. Por isso mesmo é que até ao momento não falei sobre o assunto.

Agora, quando se confirma que o aeroporto encerrou, eu julgo que nem que fosse para registar essa data deveria-se fazer uma intervenção deste género, chamando a

atenção para as pessoas que não percebem nada disso, como é o caso do Sr. Deputado Joaquim Machado...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... chamando a atenção para isso, porque, se houver este encerramento, é importante que este Parlamento analise isto e é preciso que este Parlamento esteja unido para que Santa Maria e os Açores continuem no mapa como alternativa no Atlântico Norte e que não se perca uma alternativa que existe ou que existiu até ontem.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para...?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fosse o tom pouco elegante do Sr. Deputado José Humberto Chaves em referência à minha pessoa, eu não estaria a intervir neste debate, até porque acho que o Deputado Sérgio Ferreira, em representação da bancada do Parlamentar do PSD, já pôs em evidência as incoerências do Partido Socialista e do Governo Regional nesta matéria, num assunto que foi decretado há um ano com a publicação da devida legislação que determinou que um ano após a publicação entrariam em vigor todas aquelas condições sobre estes aspectos que têm a ver com a lei do ruído que faz a aplicação da directiva comunitária.

Para esclarecer o Sr. Deputado José Humberto Chaves – ele já lhe falta alguns atributos para fazer diambulações na área do desporto – que eu se calhar percebo por que é que o senhor esteve parado durante todo este tempo, em relação a esta matéria. Eu começo a desconfiar que por andar a gerir as verbas da Associação dos Amigos de São Lourenço, não teve tempo para tratar de um assunto que era do interesse de Santa Maria.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Julgo que encerrado esta situação mais recente que teve os seus legítimos protagonistas, gostaria de, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Popular e tendo presente a pertinência e a forma politicamente apreensiva e séria como o Deputado José Humberto Chaves levantou aqui a questão, de dizer que estamos genericamente de acordo com as questões e as apreensões que ele aqui levantou e fundamentou, sobretudo, com a leitura política que o Sr. Secretário Regional da Economia aqui apresentou e das diligências, das acções e do compromisso do Governo Regional, como é sua obrigação, em zelar pelo interesse dos Açores.

Há aqui um pormenor, se me permite, Sr. Secretário. Eu registei o zelo com que nós vamos cumprir a parte do nosso acordo com os americanos. É uma coisa estranha, porque eles não têm o mesmo zelo quando toca a eles cumprirem com a sua parte.

Mas dando isso de barato, há razões bem mais válidas que justificam a Região aproveitar esse valor geo-estratégico e essa infraestrutura para potenciar.

Parece-nos e subscrevemos que se trata de um assunto de interesse regional e, como tal, deve continuar a ser tratado. Pela nossa parte e no que toca a este Parlamento, estamos disponíveis para, modestamente, estarmos ao lado daquilo que parece ser o interesse da Região, nomeadamente desejando que se continue essa política de sensibilização.

É mais difícil junto da empresa pública, porque não tem sensibilidade para zelar por alguns interesses que ultrapassam a mera contabilidade da empresa, mas entendemos que nesta matéria está em causa uma mais valia para o país que poderá e deve ser mantida, senão até incrementada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu não vou entrar nessa discussão que o senhor pretende, porque este assunto é demasiadamente sério para mim, para falarmos de associações. Dentro de pouco

tempo irei fazer uma intervenção e V. Exa. poderá ter o prazer e poderá pôr as questões que achar por bem pôr, mas coloque-as claramente na mesa, sem demagogia, sem levantar suspeições. Nessa altura diga o que tiver para dizer, porque estou aqui para defender.

Presidente: Não havendo mais inscrições, dou por encerrado este debate.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No último Período Legislativo, precisamente no dia 18 do mês passado fiz algumas considerações sobre transportes aéreos e nomeadamente referi aquilo que considereei e considero algumas anomalias no que diz respeito às ligações aéreas com as Flores e a necessidade daquela Ilha poder ser procurada pelos turistas, ao mesmo preço que o são as restantes Ilhas do Arquipélago.

Na altura critiquei que os passageiros que vêm do Continente e com tarifa de excursão, pelo facto de só poderem possuir 2 cupons-flights nas viagens na Região Autónoma dos Açores, não poderem visitar a Ilha das Flores em alguns dias, porque a SATA, exclusivamente por interesse dessa empresa, termina o voo das Flores na Ilha Terceira e o passageiro muda de voo no percurso Terceira–Ponta Delgada e assim vê-se penalizado em aproximadamente 15.000\$00. Fiquei satisfeito ao ver o assunto ser tratado num Periódico de Ponta Delgada em 27 do mesmo mês de Abril, com as opiniões do Sr. Secretário Regional da Economia o qual afirma e cito “um turista que venha aos Açores poderia até gastar mais dinheiro à companhia nos voos internos, do que na própria viagem de ida e volta ao continente” quando podia utilizar os 3 cupons-flights e refere a oferta sempre que possível de ligações directas. Em primeiro lugar, a primeira afirmação do Sr. Secretário parece-me um exagero e a segunda não é exacta, porque em relação às Flores isso não acontece conforme o referimos na intervenção que aqui fizemos em Abril.

No referido artigo confunde-se flights-cupons com viagens e isso não pode ser confundido.

Assim, um passageiro que à Terça ou Quinta-feira viaja das Flores para São Miguel terá dois cupons-flights porque o voo termina na Terceira, aguarda aí mais de uma hora, seguindo depois para São Miguel com outro número de voo, embora a espera na Terceira se deva exclusivamente à necessidade da SATA ter de utilizar o mesmo avião para ir julgo que à Graciosa, avião esse que depois segue para São Miguel. Assim a viagem do passageiro foi das Flores para São Miguel, com uma paragem na Terceira imposta pela SATA e não imputável ao passageiro. Na prática, está-se a contribuir para uma menor apetência dos turistas para se deslocarem às Flores, ou então aqueles que decidirem ir às Flores, serão penalizados. Felizmente, conheço alguns casos em que as pessoas foram mesmo às Flores, mas foram penalizadas pela SATA e pelo Governo Regional. Assim e em nosso entender, o desenvolvimento turístico das Flores está a ser prejudicado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta intervenção pretendo abordar matéria nova sobre o transporte aéreo das Flores e para as Flores. No entanto, antes da anomalia que considero grave, é meu dever fazer algumas considerações gerais.

Em primeiro lugar, entendo que a Ilha do Corvo, que nesta época apenas tem voos três dias na semana, devia ter mais voos em maior número de dias.

Em segundo lugar, também entendo que nos voos via Corvo, os passageiros com destino ao Corvo ou provenientes do Corvo, devem ser protegidos e terem prioridade nesses voos.

Em terceiro, lugar ainda entendo que os voos do “Dornier” de e para o Corvo não devem ser utilizados apenas por passageiros com destino àquela Ilha ou provenientes dela, sempre que houver disponibilidade para transportar outros passageiros.

Faço estas considerações porque o avião “Dornier” nas viagens do Corvo apenas transporta passageiros com destino ao Corvo ou provenientes do Corvo, não existindo qualquer suporte regulamentar que dê sustentação a esta aberração da SATA, relativamente a um voo deste tipo, voo comercial de carreira regular.

Quando a SATA iniciou os seus voos comerciais para o Corvo, existia uma protecção dos passageiros de e para o Corvo, na medida em que todos os restantes passageiros ficavam em lista de espera e só 48 horas antes do voo lhes era confirmada a viagem se havia disponibilidade ou continuavam em lista de espera até à hora do voo.

Admito mesmo, que se 48 horas não são suficientes, que só se confirme às 24 horas antes do voo ou até que só se confirme 1 hora antes, agora o que não aceito é que a SATA ou o Governo Regional decretem que o “Dornier” só transporta passageiros de e para o Corvo.

Aliás, consegui fazer a experiência de utilizar no dia 04 do passado mês de Março o avião “Dornier” das Flores para o Corvo, do Corvo para a Horta e da Horta para a Terceira, mas pessoa amiga na SATA já fez o favor de particularmente me informar não voltar a experimentar utilizar aquele avião, porque iria ficar em terra. Aliás, tinha uma reserva, confirmada para 27 de Maio no voo 991 Flores/Corvo/Terceira e a agência de viagens foi informada pelas reservas da SATA que podia normalmente fazer o Flores/Corvo, mas não podia fazer o Flores/Terceira, via Corvo. Não há regras, não está nada escrito, é assim porque é assim. Mas, voltando à viagem que fiz em 04 de Março, o avião saiu das Flores com metade da sua lotação normal, veio do Corvo para o Faial também com aproximadamente metade da lotação e foi do Faial para a Terceira com 5 pessoas, eu próprio, um passageiro entrado no Faial que segundo me disseram era trabalhador da SATA, um outro indivíduo, que sempre viajou numa das cadeiras da frente e também houve quem me dissesse ser um futuro piloto daquele avião, mas parecia estar a tomar contacto com o avião, e no cockpit os dois pilotos, como é normal naquele avião.

Deputado Herberto Rosa (PS). Ainda bem!

O Orador: Faz-nos imensa confusão por que razão naqueles voos não vão mais passageiros do Faial para a Terceira, se até nessa viagem já referida não viajou um único passageiro proveniente do Corvo. E, por que razão não vão passageiros das Flores para a Horta ou para a Terceira, logo que exista disponibilidade, depois de se

atender, sempre prioritariamente, aos passageiros com destino ou provenientes do Corvo.

Não está em causa apenas o problema da SATA servir da melhor maneira os utentes, também está em causa a rentabilidade duma Empresa Pública Regional, a qual não tem o direito de utilizar os aparelhos a seu belo prazer, mas fundamentalmente tem o dever de se preocupar com a rentabilidade de todos os voos.

Isto é inadmissível a não ser que o Governo Regional seja capaz de explicar muito concretamente a razão duma tão anómala situação.

Disse.

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por compromisso da minha agenda pessoal – não sabia que neste momento ia haver um conjunto de perguntas dirigidas à Secretaria Regional da Economia – tenho que me deslocar hoje para São Miguel, mas não queria deixar de responder a algumas questões lançadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

Primeiro, o que é prometido é devido!

Tenho aqui a resposta à sua intervenção e vou ceder-lhe por escrito. Vou passar a ler alguns pontos que foram solicitados à SATA e que respondeu da seguinte forma:

“Temos presente o ofício de V. Exa. de 30 de Abril que capeava a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão na Assembleia Regional.

Para esclarecimento das questões solicitadas juntamos três mapas que incluem, relativamente ao Verão de 2002, frequências e capacidades semanais, capacidades mensais e índices de ocupação prevista, ligações de e para as Flores e Corvo com as restantes ilhas e com os voos de e para o exterior.

Verificou-se na realidade um atraso na distribuição do horário da SATA Air-Açores, publicação impressa uma vez que houve um erro de tipografia que obrigou à sua reimpressão.

Do mesmo modo, durante alguns dias subseqüentemente à revisão do tarifário verificaram-se alguns erros na regulamentação decorrentes de lapsos na introdução dos mesmos **GD's** efectuados através do ATP-QO.

Não sendo possível garantir ligações directas diárias, caberá ao passageiro com a ajuda do seu agente ou da SATA, escolher os itinerários mais adequados, nomeadamente num aspecto tarifário.

O mesmo se passa com os operadores turísticos quando definem os respectivos circuitos, ou seja, com os dois flights-cupons é possível ir de Lisboa para qualquer ilha e voltar sempre nos dias que são permitidos.”

Não é possível todos os dias, Sr. Deputado.

Nós não somos assim tão ricos. O Governo da República deu uma quantidade fixa de indemnizações compensatórias. Ou temos mais flights-cupons e os preços das passagens aumentam, ou temos as passagens que nós temos e diminuimos os flights-cupons. Foi uma opção que nós tomámos conscientemente.

Não provoca qualquer dano ao turismo se as pessoas souberem, à partida, que vão para as Flores e têm que ir naquele dia, porque têm ligações directas e têm que regressar naquele dia, porque têm ligações directas. Paciência! É o que nós temos!

Em relação às ligações temos:

Ponta Delgada/ Flores/Ponta Delgada, em Abril, Junho, Setembro e Outubro, há duas ligações e em Julho e Agosto há quatro ligações;

Terceira/Flores/Terceira, temos 2 ligações Abril-Junho e Setembro e Outubro também temos duas ligações. Em Julho e Agosto temos 4 ligações;

Terceira/Corvo/Terceira, temos 3 ligações em Julho e Agosto.

Horta/Flores/Horta temos 4 ligações (Abril-Junho e Setembro, Outubro) e 5 ligações Julho-Agosto;

Horta/Corvo/Horta, temos 3 ligações em Abril-Junho, Setembro e Outubro e 3 ligações Julho e Agosto;

Corvo-Flores-Corvo temos 2 ligações Abril e Junho, Setembro e Outubro e 2 ligações Julho e Agosto.

Aqui estão os índices de ocupação previstos.

Taxas de ocupação:

Abril – 28%;

Maior – 40%;

Junho – 58%;

Julho (onde se faz as 5 ligações) – 74%;

Agosto – 83%;

Setembro – 69%;

Outubro – 54%.

Não se pode dizer que agora vamos aumentar mais este período.

Vamos fazê-lo, certamente. Devagar se vai ao longe. É preciso é maior incremento turístico para podermos aumentar o número de frequências e para que os índices de ocupação sejam também adequados, porque quando se está a querer aumentar as frequências, certamente vamos ter que baixar os índices de ocupação.

Todos nós vamos ter que pagar por isso.

O dinheiro que vai para a SATA, para as escolas, não vai para a saúde, não vai para os incentivos e tudo o resto.

Portanto, é preciso perceber que os recursos são sempre limitados.

Nós temos que tomar opções. Neste momento, tomámos a opção de nos meses de Julho e Agosto termos ligações durante todos os dias da semana e havemos de alargar conforme houver necessidade de o fazer.

Os índices de ocupação estão claros e mostram claramente que, nos meses de Julho e Agosto, a aposta feita foi uma aposta ganha e que o mês de Junho e o mês de Setembro ainda não necessitam desta aposta.

Sr. Deputado, quanto à sua intervenção eu gostaria – eu não estou preparado para discutir esses detalhes – que me entregasse uma cópia e eu responder-lhe-ia a seguir, porque isto é tão técnico que eu não sei responder neste momento.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

As minhas primeiras palavras são de agradecimento pelo modo como respondeu em relação àquilo que se passou o mês passado. De facto, ficaria ainda mais agradecido se me desse o documento, porque vem de encontro àquilo que eu disse. A ocupação para as Flores é muito boa. Tem o seu apogeu nos meses de Julho e Agosto.

Eu não vou demorar muito, porque sei que vai embarcar, mas o que gostaria de saber, logo que fosse possível haver uma resposta concreta, prende-se com o voo do Corvo, porque aceito que os passageiros de e para o Corvo tenham prioridade, mas não aceito que um avião ande vazio, como é o caso da viagem que eu fiz da Horta para a Terceira, meio clandestinamente, num voo que ia totalmente vazio. Isso não posso aceitar, quando eu sabia que havia passageiros, inclusivamente da minha ilha, que tinham vindo de manhã e que só iam ao fim da tarde no ATP e que estavam no aeroporto da Horta à espera de ir para a Terceira. Isto eu não aceito e penso que é matéria que tem que ser considerada.

De qualquer modo irei fazer chegar esta intervenção, logo que me seja possível

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Não se trata propriamente da continuação da “Epístola, segundo São Paulo”. De facto, é retomarmos um assunto que foi debatido neste plenário no último período legislativo.

Sr. Deputado, eu entendo e até seria capaz de subscrever, em termos idealistas, algumas das suas preocupações, nomeadamente a questão dos flights-cupons.

Hoje, nós dispomos de passagens mais baratas, não só porque houve uma redução efectiva, quer nos voos domésticos, quer nos voos para fora da Região, quer porque houve alguma contenção no aumento dessas mesmas passagens nos últimos tempos.

Os voos ponto a ponto, que era desconhecido há meia dúzia de anos atrás, como V. Exa. sabe, hoje são uma realidade que funciona e que satisfaz toda a gente, independentemente de alguns aeroportos que possam ter sido penalizados por isso.

Os passageiros residentes nos Açores não são afectados, como V. Exa. sabe, pelo facto de terem escala na Terceira, no Faial ou em São Miguel, antes de seguir para Lisboa. Aliás, deixe-me que lhe diga, que hoje é possível, praticamente todos os dias da semana, entrar e sair – e agora vamos reportar-nos concretamente à Ilha das Flores – da Ilha das Flores sem ter que fazer pernoita em mais que uma ilha dos Açores.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Excepto ao Domingo!

O Orador: Com certeza, porque ainda não há voo ao Domingo.

Ainda não atingimos a perfeição. Para lá caminhamos, certamente, mas dê-nos algum tempo para lá chegarmos.

Hoje, estamos à beira da perfeição e V. Exa. acaba por reconhecer que em 6 dos 7 dias da semana podemos entrar e sair da Ilha das Flores sem ter custos acrescidos com pernoitas, estadias e transportes em ilhas intermédias.

Sobra, portanto, a questão do turismo, dos não residentes.

Sr. Deputado, é verdade que qualquer turista que queira visitar a Ilha das Flores, como qualquer um de nós faz – eu faço e presumo que V. Exa. também o faz –

quando programa uma viagem, tem em atenção quais os voos disponíveis, os hotéis que têm quarto vago e a rent-a-car que faz um preço mais acessível. Eu faço isto.

Qualquer turista que queira vir aos Açores e queira ir à Ilha das Flores, à Segunda-Feira chega a São Miguel e vai directo para as Flores. Chega lá às 6 horas da manhã e já vai almoçar às Flores.

Na Sexta-Feira, por exemplo, sai às 4 horas da tarde e antes da meia-noite está em Lisboa.

Provavelmente aí, se for para Paris, o avião da SATA não o vai levar a Paris. Ele tem que fazer uma escala. Se calhar até vai ter que pernoitar.

Nós fazemos muitas viagens, dentro da Região e para fora da Região. V. Exa. fê-lo há pouco tempo e eu fi-lo também já este ano. Cheguei a Lisboa num dia à noite e tive que dormir lá para no outro dia de madrugada seguir para o Brasil.

Quando V. Exa. foi agora em serviço numa viagem ao Canadá, provavelmente aconteceu-lhe uma coisa deste tipo.

Nós vamos agora culpar a TWA , a PAN AMERICA e a VARIG?

Deputado Renato Leal (PS): Essa pode culpar à vontade!

O Orador: Porque já não existe. Tudo bem!

Sr. Deputado, em quaisquer circunstâncias – disse-o na altura e vou reiterá-lo – somos nós que temos que nos moldar aos aviões, aos autocarros, aos comboios, a qualquer tipo de transporte e não ao contrário.

Não é possível, nem nos países ricos e parece que até agora se descobriu que somos pobres. Temos uma senhora que se chama Leite, que está a lembrar-nos isso a cada segundo que passa. Parece que somos muito pobrezinhos, um país falido.

Eu acho que o transporte que temos dá resposta às satisfações e não há ninguém que queria visitar os Açores que não o possa fazer. Sinceramente, e julgo que V. Exa. vai concordar comigo, hoje, qualquer turista que queira visitar os Açores, que queira visitar qualquer ilha, que queira visitar as Flores, em particular, tem condições inequivocamente melhores do que tinha há meia dúzia de anos atrás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Eu sempre afirmei, desde há 3 ou 4 anos a esta parte, que as Flores hoje está melhor servida de transportes do que estava no passado. Mas uma coisa é haver uma melhoria (os voos directos, os voos ao Sábado).

Se me perguntarem se acho que já chegámos aonde havíamos chegar, eu penso que há que dar mais alguns passos e vou dar alguns exemplos concretos.

O Sr. Deputado diz que os passageiros têm que se adaptar. Eles têm que se adaptar, mas a realidade é que ainda durante 3 dias por semana, este problema dos 15 contos coloca-se. Há terça-feira, à quinta-feira e ao domingo, qualquer turista que queira chegar às Flores ou viajar nestes dias, em todas as agências dizem-lhe que ele tem que ir para o Faial, para a Terceira ou para outra ilha qualquer por menos 15 contos.

A ainda a semana passada estive com cidadãos que nem são portugueses, que fizeram esta experiência e que pagaram. Queriam ir às Flores, foram na terça-feira e pagaram, porque o dia que tinham disponível e que havia avião na SATA era esse.

Por isso mesmo, entendo que a SATA e o Governo Regional poderiam determinar que nos dois dias em que o avião, por culpa exclusiva da SATA, tem de se deslocar da Terceira para outra ilha qualquer, para depois continuar para São Miguel, que fosse considerada a hipótese, e isso é feito por exemplo para os voos internos, desse cupon-flight, que não é da responsabilidade do passageiro mas da responsabilidade exclusiva da SATA e da operacionalidade dos diversos aviões, fosse considerado para efeitos do passageiro estar a fazer turismo nos Açores.

Ele não está a fazer turismo nos Açores. Ao tirar-se o terceiro cupon-flight é para que o passageiro visite uma ilha iniciando a passeata.

Eu estou de acordo com isso se o passageiro tem a possibilidade nesse dia de chegar directamente ao seu destino.

Agora, nestes casos concretos, em que o passageiros sai das Flores, pára na Terceira sem ter culpa nenhuma, permanece nessa ilha 2 horas e depois segue para São Miguel, eu penso que isso seria motivo de excepção. Se o passageiro optasse por ir no dia seguinte, aí teria que pagar.

Eu penso que é esta a situação e é possível regulamentar desta maneira. Se eu estou a afirmar, é porque tenho conhecimento para o afirmar categoricamente. É possível.

Noutros casos, no que respeita, por exemplo, aos voos internos do passageiro com passagem de residente, essa excepção está feita. Essa excepção estando feita pelo passageiro residente, poderia perfeitamente ter sido feita para o passageiro da viagem turística. Não foi feito, porque ou assim não entenderam ou assim não pensaram.

Presidente: Sr. Deputado, agradeçia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Outro aspecto que o Sr. Secretário falou e penso que tanto eu como o senhor temos que nos regozijar com isso, é o facto do índice de ocupação.

Neste momento, nas Flores, temos um índice de ocupação, em termos regionais, muito bom.

Por isso mesmo, essa é uma razão para podemos pensar seriamente que o turismo nas Flores aumentou muito e ainda pode aumentar muito mais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Muito brevemente, até porque não quero entrar naquilo que poderíamos chamar um diálogo de surdos, para fazer mais uma pequena precisão.

O Sr. Deputado Paulo Valadão tem a sua opinião, que eu respeito, tem uma perspectiva muito particular desta questão da navegação área. Eu não tenho nada a opor-me relativamente a isso.

Sr. Deputado, esta questão do turismo tem algumas regras e uma das coisas que se exige no turismo é um fim-de-semana ou uma semana de férias, ou seja, o turista de um dia para o outro não é turista. É uma pessoa que vai, acidentalmente, a uma ilha qualquer, por uma razão qualquer.

Se o Sr. Deputado está a falar que gostaria que qualquer pessoa que quisesse chegar a uma ilha, num qualquer dia da semana, do mês ou do ano e o pudesse fazer sem gastar mais por isso, depois de ter feito três escalas e sem ter que olhar para os horários dos aviões e se preocupar minimamente com isso, estamos aqui um bocado perto do idealismo e não sei quantos voos é que era preciso ter mais e quantas mais ligações e mecânica é que seria necessário introduzir neste processo dos voos que, como todos nós sabemos, é complicado.

Se me está a falar de turismo, turismo não é isso.

Eu julgo que é desencorajar um turista, ou um grupo de turistas a ir numa terça e voltar numa quinta...

Deputado Paulo Valadão (PCP): O problema é ir na terça ou ir na quinta!

O Orador: ... os turistas, em qualquer sítio, quer seja no regime “time share”, no regime de semana de circuito, quer seja noutra qualquer tipo de turismo, em qualquer parte do mundo, Sr. Deputado, é de sexta a sexta, de sábado a sábado, ou então vai na sexta e volta na segunda, turismo de fim-de-semana, os chamados “short break”.

O turismo tem regras em termos dos modos de aluguer, dos preços dos tarifários que estão aplicados.

O que nos interessa, se queremos realmente promover o turismo, é que os turistas organizados venham aos Açores, estejam o tempo suficiente e gastem nos Açores.

Da maneira como as coisas estão organizadas, alguém que queira passar um fim-de-semana na Ilha das Flores, chega numa sexta-feira num voo directo de Lisboa, via Ponta Delgada, e sai para Lisboa, via Ponta Delgada, no mesmo dia sem mais problemas.

Quem quiser fazer a semana, não incluindo o fim-de-semana, vem na segunda e pode sair na sexta.

Quem fizer a semana inteira pode fazer de sexta a sexta ou de segunda a segunda.

Turismo organiza-se assim.

Eu não sou especialista, mas certamente qualquer agente de viagens, qualquer operador desta área vai dizer que as coisas organizam-se assim.

Não há pacotes de turismo para quem vai de manhã e volta à tarde. Isso é a viagem do homem que vai reparar o frigorífico ou do caixeiro viajante que vai apresentar o mostruário. Não é certamente turismo.

Vamos precisar de que é que falamos. Se falamos de turismo é como eu estou a dizer. Se é outra situação qualquer, digamos, avulso, eu acho que é sempre conveniente que a pessoa viaje em função daquilo que tem no horário e não queira impor à companhia que arranje um avião para lhe dar jeito naquele dia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Herberto Rosa apenas me veio dar razão. Efectivamente o passageiro que com a tarifa turística pára duas horas na Ilha Terceira, não devia ser penalizado. É só isso e é tão simples como isso.

Se essa excepção é feita em relação ao passageiro residente, na mesma situação, é evidente que em relação à tarifa turística, essa regulamentação do residente poderia ser exactamente igual.

Presidente: Não havendo mais inscrições, tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

De acordo com dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas, mais de dez mil milhões de pessoas, repito, dez mil milhões de pessoas vivem, actualmente, na mais completa e desumana das misérias, sem acesso aos mais elementares cuidados de saúde ou de educação, com uma reduzida esperança de vida e, fundamentalmente, sem o direito a terem esperança de, um dia, poderem ter uma vida com alguma dignidade.

Quando constatamos que, pese embora os recursos naturais existentes, a maioria da população africana sobrevive com menos de um euro por dia, sendo que cerca de 40% das receitas do continente africano se destinam ao pagamento da dívida externa, em detrimento de investimentos que poderiam beneficiar as populações e quando nos apercebemos que, neste mesmo continente se verificam, anualmente, cerca de 500 milhões de casos de malária, de que resultam mais de dois milhões de mortes, é caso para nos perguntarmos como é possível que, em pleno século XXI, continuemos a assistir a cenários destes.

Como é também de reflectir sobre o facto de, de acordo com um recente estudo do insuspeito Banco Mundial, cerca de três quartos da humanidade terem empobrecido entre 1988 e 1993, devido aos factos de se terem acentuado as desigualdades quer no interior dos países quer, de forma mais acentuada, entre os países.

Ou seja, em apenas cinco anos, período em que o rendimento mundial “per capita” aumentou 5,7%, verificou-se um considerável aumento da pobreza, quer em termos relativos, quer em termos absolutos.

Para termos uma ideia da dimensão deste fenómeno, atendamos apenas a alguns dados disponíveis:

Cerca de 50 milhões de pessoas, (aproximadamente um por cento da população mundial), auferem uma fatia de rendimentos igual à dos 57 por cento da população mais pobre, correspondente a 2,7 mil milhões de pessoas;

Um cidadão americano, mesmo incluído no escalão dos dez por cento mais pobres do seu país, possui melhor nível de vida do que dois terços da população mundial;

Cerca de 75 por cento da população mundial recebe 25 por cento do rendimento mundial e, por fim, registre-se que as verbas gastas, em alguns países ocidentais, no consumo de gelados, seria mais do que suficiente para permitir, através da vacinação, a erradicação da poliomielite em todo o mundo.

Refira-se igualmente que, de acordo com um relatório da Organização das Nações Unidas divulgado no passado mês de Março, mais de 2,7 biliões de pessoas poderão, em 2025, deparar-se com problemas de falta de água, a manterem-se os actuais níveis médios de consumo.

Mas, se 2025 nos poderá parecer uma realidade longínqua, podendo eventualmente a situação ser alterada pela inovação tecnológica, registemos apenas o facto de, actualmente, mais de 1,1 biliões de pessoas não terem acesso a água potável sendo que mais de cinco milhões de pessoas morrem por ano devido à água contaminada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A frieza destes números não pode ser encarada como apenas mais um conjunto de indicadores estatísticos, passíveis de uma análise meramente racional, onde descartamos a nossa consciência, de tempos a tempos, referindo quer a “fatalidade histórica” do subdesenvolvimento, quer através de atitudes avulsas, muitas vezes sob a capa do donativo, das piedosas declarações de intenções, ou da lógica egoísta que, enquanto a nossa vida for correndo mais ou menos bem, não temos grandes razões de nos preocupar com os outros.

Estes números, estes dados, revelam uma realidade cruel, que a ninguém pode deixar indiferente.

Os problemas ambientais, as alterações climáticas, o aumento da fome, a cada vez mais desigual distribuição da riqueza e da exploração de recursos são assuntos que a todos devem dizer respeito, numa altura em que tanto se fala de novas tecnologias, da omnipresença do mercado, de capitais que circulam a uma velocidade vertiginosa através de simples operações informáticas, numa só palavra, numa altura em que tanto se fala de globalização.

Falemos pois de globalização. Falemos pois de um conceito que, de tão banalizado, começa a fazer parte do nosso quotidiano, do nosso discurso, dos nossos chavões,

associados a outros como “desenvolvimento sustentado”, “modelos de desenvolvimento”, “relações Norte/Sul” e políticas “ambientalmente correctas”.

O processo de globalização, cuja génese actual remonta aos anos 80, caracteriza-se pelo desenvolvimento das telecomunicações e da informática, estendendo-se as suas aplicações ao mercado financeiro, à cultura, ao comércio e ao consumo. O seu Olimpo, se assim lhe poderemos designar, chama-se bolsa de valores, materializa-se na possibilidade de poder comprar o mesmo produto em qualquer parte do mundo, impõem-se pelo seu volume e pela padronização de comportamentos e hábitos de consumo e representa, diariamente, operações financeiras calculadas em mais de um milhão e quinhentos mil milhões de dólares, verba semelhante ao volume anual do comércio internacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A questão sobre a qual, hoje, se deverá reflectir, não é tanto a de perceber se este processo tem ou não retrocesso.

Aquilo que, hoje, se deverá avaliar, são as implicações e as consequências que a globalização produz quer no meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos, quer no processo de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida para as populações.

Hoje, quando tanto se fala do Protocolo de Quioto e na recusa obstinada de alguns países, principalmente os Estados Unidos, em o ratificar, alegando os impactos negativos que a redução da emissão de gases para a atmosfera poderia ter na sua economia, é importante realçar a necessidade de garantir que, conforme está estipulado, se verifique uma redução, até 2010, de 8 por cento das emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, de modo a preservar a camada de ozono e evitar, com isso, o aquecimento do planeta.

Destaque-se, neste aspecto, que países como os Estados Unidos são responsáveis por cerca de 25% da emissão desses gases e que, através do processo de globalização, se começa a verificar a transferência de empresas para países que oferecem melhores condições de investimento quer pela mão-de-obra ser mais barata, quer por regimes fiscais mais favoráveis, podendo não se verificar uma diminuição da emissão de gases.

Falar, hoje, do processo de globalização, é atendermos ao facto que a mesma só fará sentido se acompanhada de políticas sociais claras e de uma forte componente ambiental, que promova o desenvolvimento e o bem-estar da humanidade.

Não se trata de contestar, por vezes de forma incoerente e contraditória, (veja-se o caso do já famoso senhor José Bové), um processo que, na sua essência, poderá contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

Não se trata de defender um mercado fechado, fortemente protegido por medidas que, a médio e longo prazo, fomentarão o descalabro das economias.

Trata-se, isso sim, de promover uma globalização solidária, onde a afectação de recursos e de capitais permita o desenvolvimento dos países e das regiões.

O investimento na educação, na saúde, em infraestruturas e serviços sociais assume uma particular importância neste mundo, permitam-me dizê-lo, cada vez com menos fronteiras.

A globalização é um fenómeno que afecta de forma desigual o desenvolvimento e o progresso dos diferentes países. Daí a necessidade de um esforço suplementar de investimento nas zonas mais pobres do planeta, fazendo com que a gestão dos recursos humanos e materiais permita a muitos países e a muitas regiões aproximar-se dos níveis de vida já atingidos em outros lugares.

Este desafio é tanto mais importante quando se observa que, mesmo dentro dos países considerados mais desenvolvidos, as assimetrias regionais permanecem de forma notória, quer seja entre o litoral e o interior, o norte e o sul, os continentes e as regiões periféricas.

Chegou pois, utilizando as palavras do director-geral do Fundo Monetário Internacional, a hora de “humanizar a globalização”.

E essa humanização passa, desde logo, pela aposta fundamental em combater as doenças ligadas aos climas tropicais, em colaborar de forma activa no desenvolvimento de países que, pela sua geografia, são penalizados no acesso aos bens e aos equipamentos, pois já se encontravam excluídos, há muito, do comércio internacional.

Essa humanização passa pela definição de uma estratégia que garanta que um cada vez maior número de países poderá tirar benefícios da expansão dos mercados mundiais.

E, neste aspecto, importa realçar o papel fundamental que o incremento das novas tecnologias da informação assume, garantindo que a globalização passe também pelo apoio à investigação, à formação e ao incremento não só das exportações, mas também da ciência e da tecnologia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apostar nas pessoas, no seu desenvolvimento integral, é o grande desafio que se poderá colocar em termos de globalização.

Daí que, para os Açores, região pobre e ultraperiférica da Europa, este processo não pode passar ao lado.

Importa pois, de forma empenhada, incrementar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, garantindo a sustentabilidade do nosso tecido económico, mas tendo a certeza de que a grande aposta passa pela qualificação dos recursos humanos, pela capacidade que deveremos demonstrar em nos adaptarmos a uma nova ordem económica e social, onde as fronteiras têm cada vez menos importância.

Como importa também, de forma clara, preservar a cultura, preservar os aspectos distintivos que dão corpo e forma a uma região.

É que, tenhamos consciência, a globalização não pode, de forma alguma, ser sinónimo de uniformização.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional dos Assuntos Sociais)

Presidente: Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Apenas para prestar um esclarecimento ao meu camarada Francisco Barros e ilustre Deputado desta Casa, a quem saúdo pela excelente intervenção que teve oportunidade de proferir.

A propósito do tema que ele aqui trouxe, tendo por base uma investigação que fiz recentemente para um artigo que escrevi numa publicação mensal, recordando aquilo que era a assimetria e o problema da distribuição da riqueza em 1970, a propósito de uma cimeira entre Mao Tse-Tung e Richard Nixon realizada em 1971, nessa altura 50% da população mundial vivia com 10% da riqueza, 10% da produção mundial e 10% do consumo de matérias primas. Nessa altura, 19% dos países mais ricos já consumiam 75% dos bens do mundo.

Deixo aqui o alerta para que se perceba e se faça uma reflexão, porque aquilo que nós assistimos é que esses dados, esses problemas, esses desafios civilizacionais que existiam em 1970, agora são acrescidos de uma ameaça demográfica, de uma ameaça de fanatismos religiosos, de uma ameaça na preservação e na defesa do ambiente.

Penso que os verdadeiros progressistas, os homens de esquerda, os herdeiros dos ideais do século das luzes, não se podem conformar com essa assombrosa perspectiva e com o actual e eterno problema do desafio que é a distribuição da riqueza no mundo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Penso que para além do comentário off the record, não há mais inscrições sobre esta intervenção.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O projecto da gare marítima de passageiros e terminal de “Ferries”, para a Ilha de Santa Maria, já deveria estar concluído fazendo fé no plano a médio prazo.

Mas tarde, é o que nunca chega e parece que finalmente a referida obra vai começar. Trata-se de um projecto bem conseguido que vem valorizar em muito toda a infraestrutura portuária de Vila do Porto, além de vir colmatar uma carência que era por demais notória.

Mas algo está errado em todo este processo do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas.

Então, por um lado, o governo investe milhões de euros em infraestruturas de apoio e, por outro, a empresa concessionária deste transporte tem horários que de forma alguma servem os interesses da ilha.

Como é que é possível que durante os meses de Julho e Setembro não existam escalas ao fim-de-semana, quando se sabe que no caso específico de Santa Maria a maior procura da ilha faz-se exactamente nesses dias?

Como é que é possível que o barco inicie a sua operação um mês mais tarde daquilo que estava previsto nos horários, por causa da Feira de Ciência e Tecnologia?

Estamos de acordo que se realize a feira, não podemos é estar de acordo que esta se realize no mês de Maio, encurtando assim, num mês, o período de operação do barco.

Esta situação, extremamente penalizadora para a ilha, vem reduzir drasticamente a afluência de visitantes a Santa Maria, fazendo que a época alta se venha a confinar ao mês de Agosto.

Não se pode desenvolver o turismo se não melhorarmos as acessibilidades.

E neste particular Santa Maria em nada está a ser beneficiada, nem estão a ser tidos em linha de conta os enormes investimentos particulares que neste momento estão a ocorrer na ilha.

Se adicionarmos o facto da escala por Santa Maria de um voo semanal de e para Lisboa, não ter sido contemplada neste concurso público, ao facto dos horários da Açorline não servirem a Ilha e do porto de recreio estar à espera de melhor oportunidade, facilmente concluimos que algo tem que ser rapidamente revisto ou então a aposta no turismo não passa de mais um “Slogan” sem consequências práticas no desenvolvimento da ilha.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As obras de remodelação e ampliação da Escola Bento Rodrigues decorriam a bom ritmo.

Tudo indicava que em Junho de 2003, prazo previsto para o terminus das referidas obras, as mesmas estariam prontas e que Santa Maria beneficiaria de uma escola mais moderna e mais adaptada às exigências do ensino actual.

Qual não é o nosso espanto, quando somos informados que a recuperação que fizeram nos primeiros blocos de aulas não terá seguimento na segunda fase da obra, ou seja, nos próximos blocos a serem recuperados, já não haverá intervenções ao nível da instalação eléctrica, casas de banho e esgotos.

Pergunta-se, o que terá acontecido para que neste momento a recuperação dos diversos blocos não se faça com a mesma qualidade?

Mais ainda, qual é a justificação que o governo tem para não proceder a qualquer intervenção no pavilhão desportivo?

Por outro lado, não faz sentido que num investimento tão vultuoso não se considerem equipamentos fundamentais, como por exemplo um auditório.

Tanto o conselho executivo da escola, como as associações de pais e de alunos, estavam convencidos que o projecto incluía a construção do auditório e ficaram bastante surpresos, quando verificaram que o mesmo não era para construir.

Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura (infelizmente não está!), será que não é mesmo possível a construção deste equipamento, nesta altura?

Será que é razoável que dentro de dois ou três anos a escola volte a entrar em obras, quando poderia ficar tudo feito agora?

Será que V. Exa. não partilha da opinião que um auditório é um equipamento fundamental numa escola moderna e ao serviço da comunidade?

As questões que aqui levantamos, têm unicamente o sentido de alertar V. Exa. para situações que nos parecem passíveis de resolução e que proporcionariam, sem dúvida, uma escola nova, moderna, bem equipada, capaz de responder aos desafios do futuro, ao invés de se procederem a obras que além de não servirem os interesses da comunidade escolar, dentro de pouco tempo terão como consequência a

existência de novos trabalhos de construção, com todos os inconvenientes que estes causam ao normal funcionamento da escola.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Maio do ano transacto foi apresentada nesta Casa pelo P.S.D. uma Proposta de Resolução que visava a intervenção do Governo Regional no sentido de se proceder à limpeza e requalificação do Aeroporto de Santa Maria.

A referida proposta foi aprovada por unanimidade, tendo na altura os deputados da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tomado consciência da gravidade da situação e alertado no seu relatório para a necessidade de no mais curto espaço de tempo se proceder à realização de um protocolo entre todas as entidades intervenientes, tendente à resolução do problema.

O que é pertinente perguntar nesta altura é se já foi assinado o protocolo e por outro lado se o Governo Regional já tem alguma data prevista para o arranque da referida limpeza.

Lembramos que a cada dia que passa, aquela zona, porta de entrada em Santa Maria, fica mais degradada e que cada vez mais é urgente tomar medidas que resolvam de uma vez por todas a situação existente.

Quando tanto se fala em turismo e ambiente não é admissível que possa existir por muito mais tempo a situação que se verifica actualmente.

Urge assim que o Governo Regional, dando cumprimento à Resolução oportunamente aprovada nesta Assembleia, tome as medidas necessárias à rápida e definitiva solução do problema.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As ilhas mais pequenas dependem em muito da capacidade de intervenção das entidades públicas, no sentido destas funcionarem como motor do seu desenvolvimento.

Não pode o Governo esquecer este pressuposto, sob pena de estar a acentuar as assimetrias existentes na Região.

Situações como as atrás descritas, ou como por exemplo o facto de agora terem sido canceladas as Feiras de Actividades Económicas nas ilhas mais pequenas, com a desculpa que não há dinheiro, em nada contribuem para o desenvolvimento harmónico dos Açores.

É preciso ter ainda em linha de conta que no caso específico de Santa Maria, a feira realizava-se de dois em dois anos e que é extremamente penalizador para os nossos empresários não poderem contar este ano com este evento que ainda por cima tinha a particularidade de, em conjunto, ir decorrer também a feira agrícola.

O Governo tem como obrigação promover o desenvolvimento equilibrado de todas as ilhas dos Açores e tem acima de tudo que ter uma actuação solidária com as ilhas mais pequenas, ou seja, deve aplicar nos Açores a mesma solidariedade que tanto reclama do Governo central.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, 14 de Maio, o aeroporto de Santa Maria encerrou, pela primeira vez, no período entre a meia-noite e as 6 da manhã. Tal situação resulta da aplicação directa do Decreto-Lei nº 292/2000, de 14 de Novembro – “Regulamento Geral do Ruído”. Esse Decreto-Lei prevê que existam situações de excepção.

Será que o Governo Regional não entende que Santa Maria deveria ser uma dessas excepções?

Nós pensamos que sim e só estranhámos por que razão o Governo Regional ainda não regulamentou por portaria esse regime de excepção.

Quanto a nós, o artigo 2º do referido Decreto-lei é claro, quando diz que a execução administrativa do regime legal sobre a poluição sonora compete aos órgãos e serviços das administrações autónomas.

Aliás, também é este o entendimento do Ministro da Tutela, consultado pelos Deputados do PSD na Assembleia da República.

Deixo aqui o repto ao Sr. Secretário da Economia para o mais rapidamente possível publicar a referida portaria que permitirá que o aeroporto de Santa Maria continue operacional 24 horas por dia, situação que nunca se deveria ter deixado de verificar.

Disse.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui questões que não poderei responder, porque não tenho conhecimento, mas há outras que poderei esclarecer.

Em relação às viagens do fim-de-semana no mês de Julho, pelo conhecimento que eu tenho, a Açorline vai efectuar viagens nos fins-de-semana de 18 e 25. Chega na quinta-feira à noite e sai na segunda-feira às 8 horas da manhã. No dia 25 (quinta-feira) chega à meia-noite e sai no dia 29 (segunda-feira) de manhã para São Miguel.

É esta a informação que eu tenho e pode certificar-se junto da empresa. Certamente não o fez, por isso não chegou a essa conclusão.

Não sei se no mês de Setembro vai acontecer a mesma coisa.

Quanto ao porto de recreio, como sabe, a construção desse porto tinha 2 fases: a primeira era a construção da gare marítima de passageiros e a segunda era o porto de recreio.

As obras na gare marítima de passageiros e o terminal de “ferries” vão-se iniciar e depois de estarem concluídas será feito o porto de recreio. Nada indica que não vai ser feito. Da minha parte, não há qualquer dúvida.

Em relação à limpeza do aeroporto, o Sr. Secretário certamente irá abordar esse tema, por isso não falo sobre o mesmo.

Gostaria também de lhe dizer que em relação à Escola de Bento Rodrigues, o trabalho está a ser feito, independentemente do que será necessário fazer mais. Eu estou de acordo que era necessário um auditório na escola, mas não sei se se vai

conseguir ou não fazer esse auditório, mas independentemente disto, temos que reconhecer que a obra da escola Bento Rodrigues, de Santa Maria, está a sofrer enormes modificações e melhorias.

Basta lembrar como estava a escola há bem pouco tempo, como eram, por exemplo, os telhados que lá foram colocados e que nunca deveriam ter sido colocados.

Eu acho que nos devemos congratular com o que está acontecendo. Não devemos esconder isso, é a verdade!

Eu julgo que a escola também está a ter o seu caminho correcto.

Muito obrigado.

Presidente: Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ferreira, gostaria de esclarecer esta Câmara que o protocolo, relativo à limpeza de Santa Maria, está assinado por todas as partes. Foi concluído todo o processo de definição do estabelecimento desta cooperação entre as partes e obtidas as respectivas assinaturas há cerca de dois ou três meses, em véspera de eleições, a exemplo de tantas outras coisas que foram resolvidas em simultâneo.

Penso que por esta via resolvemos um problema, ou pelo menos estabelecemos e definimos a forma de resolução de um problema que, como todos sabemos, já foi debatido por diversas vezes nesta Assembleia e é um problema que tem uma história de mais de 10 anos.

Neste momento, temos condições.

Aquilo que está previsto é um investimento no processo de limpeza do aeroporto de Santa Maria que ultrapassa os 150 mil contos (750 mil euros).

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço os esclarecimentos do Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Relativamente ao Sr. Deputado José Humberto Chaves, gostaria de dizer que em relação ao barco ir à ilha nos dois fins-de-semana de Julho, por acaso não é esse o horário que eu tenho conhecimento. No horário que eu tenho, o barco só vai a Santa Maria no fim-de-semana de 13 de Julho.

De qualquer maneira, Sr. Deputado, não vejo que isso seja para aí um grande benefício, porque se estamos a falar de 8 fins-de-semana e o senhor diz que ele vai lá só dois fins-de-semana, não estamos muito beneficiados.

Penso que não é por isso que Santa Maria é mais ou menos beneficiada. O barco devia ir todos os fins-de-semana a Santa Maria.

Quando o barco não vai a Santa Maria no fim-de-semana, Santa Maria é duplamente prejudicada: é prejudicada porque ele não vai lá e é prejudicada porque nessa altura anda a fazer cruzeiros turísticos à volta dos Açores, dos quais Santa Maria é excluída. Isso é muito grave para Santa Maria.

Se a Açorline recebe indemnizações compensatórias, tem que prestar um serviço público que sirva todas as ilhas da Região, principalmente as ilhas do Grupo Oriental, porque o Grupo Central já tem um bom serviço a nível de transporte marítimos de passageiros.

Há dois grupos que ficam de fora: o Grupo Oriental e o Grupo Ocidental. É para esses que tem que ser mais vocacionado o transporte marítimo de passageiros, prestado pelos “ferries”.

Era apenas isso.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou repetir, de forma nenhuma, em relação a Santa Maria, aquilo que o Sr. Deputado Sérgio Ferreira disse e muito bem.

Sobre o transporte marítimo de passageiros e viaturas, não posso deixar de colocar neste Parlamento uma preocupação e uma crítica que paira na Ilha Terceira, não só nos empresários e operadores de turismo, mas também nos utentes do serviço de transporte marítimo assegurado pela Açorline.

É sabido e foi comunicado que, no período entre 9 de Maio e 10 de Junho, o navio está a percorrer os Açores com a Feira do Futuro.

Nós não somos contra as novas tecnologias de informação. Achamos que são extremamente válidas.

A primeira experiência com a exposição dessa feira, de uma forma itinerante, não incluindo a Ilha do Corvo, pareceu-me uma experiência positiva e interessante. Mas o que é facto é que do erário público sai uma soma apreciável para assumir os encargos com as compensações indemnizatórias dessa empresa, para prestar um serviço de transporte de passageiros e viaturas durante este período, período de maior incremento turístico.

Durante um mês o navio está impossibilitado de o fazer.

Mal isto foi sabido, agentes de viagem na Ilha Terceira e grupos que estavam organizados para, neste período, se deslocarem nos Açores, mormente grupos de idosos, no âmbito da organização de centros de convívios de idosos – é sabido do preço tão baixo que é aplicado a esses idosos – ficaram revoltados e manifestaram a sua indignação. Houve reflexos na comunicação social, nomeadamente num editorial de um órgão de comunicação social escrito da Ilha Terceira e eu, como representante dos eleitores da Ilha Terceira, não podia deixar passar esta oportunidade para deixar a nossa preocupação, a nossa crítica e o apelo para que o Governo Regional não repita essa situação.

Pode fazer percorrer a Feira do Futuro através das escolas, em cada concelho, porque algumas até estavam muito apetentes a essa iniciativa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao mês de Setembro, eu disse que não sabia se se ia verificar a mesma situação com os transportes marítimos, como ia acontecer no mês de Julho.

No mês de Julho o que vai acontecer, além da viagem de fim-de-semana de 13 de Julho, as viagens que não havia no fim-de-semana de 18 e 25, vão ser feitas, só que em vez do barco chegar na sexta-feira, chega na quinta-feira à meia-noite e parte na segunda-feira às 8 horas da manhã. É a única diferença.

Há mais um pormenor que acho que é importante referir, porque ficou no ar que a Feira de Actividades Económicas de Santa Maria não se iria realizar.

A informação que eu tenho, até porque o Círculo de Amigos está envolvido nesse processo, como o Asas do Atlântico, é que essa feira será feita em Setembro. Estranho que se diga que não se vai realizar.

Era apenas isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves:

O senhor pode ter essa informação e a Câmara de Comércio pretende realizar uma Feira em Setembro, mas não existe financiamento para essa feira.

A Câmara de Comércio ia concorrer ao Líder para ver se arranjava financiamento.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Os apoios existem é para isso!

O Orador: Não é bem assim, porque existia dinheiro no Plano a Médio Prazo para a realização da Feira das Actividades Económicas. O que é que fizeram com esse dinheiro? Neste momento já não há dinheiro para realizar as feiras.

Sr. Deputado, a Feira Agrícola ia-se realizar em Junho, mas já não se realiza porque a Secretaria da Economia diz que já não tem dinheiro. Quem disse isso foi o Delegado da Câmara de Comércio em Santa Maria, o Sr. Resende Reis.

Tudo aponta para que em Setembro a Feira também não se concretize.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Bento Barcelos.

O ano passado a Feira de Ciência e Tecnologia não se realizou, porque o Governo fez uma pausa. Pensou no melhor modelo e forma de continuar a promover e a incentivar a ciência e tecnologia nos Açores, nomeadamente na população estudantil.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E faz igual há de dois anos!

O Orador: Este ano a Feira surge com um nome – “A Feira do Futuro”.

O Grupo Parlamentar do PS considera que essa é uma iniciativa importantíssima. Já existem vários dados de análise estatística que demonstram que a estratégia neste sector está a funcionar muito bem. O mérito é do PS e do Governo.

Sabemos que sempre que há uma proposta de alteração orçamental o PSD não resiste a retirar dotação orçamental à ciência e tecnologia. Eu recomendo que os Srs. Deputados do PSD consigam fazer um exercício de aprofundamento e de divagação aos dados, como já referi aqui, de análises de estatística que já estão disponíveis.

Sr. Deputado Bento Barcelos, o senhor falou aqui em nome dos eleitores idosos da Ilha Terceira, que nós respeitamos, como respeitamos todos os açorianos, mas se me permite, isso é uma prova de que o PS governa com uma ideia, com um projecto e com um rumo.

Nós, para beneficiarmos um sector e uma camada populacional que consideramos muito importante, temos que causar alguma perturbação nas legítimas aspirações de outros grupos e de outras pessoas. Mas isso é assim mesmo. Isso é governar.

É preciso compreender que os idosos têm muitos programas, têm várias alternativas e é possível, em nosso entender, conciliar ambos os interesses.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate está interessante pela diversidade de temas que ele encerra, o que naturalmente abre espaço para intervenções de várias bancadas e de vários deputados, não se confinando apenas ao assunto primeiro da Ilha de Santa Maria.

Esta última intervenção do Sr. Deputado José San-Bento naturalmente que suscita dúvidas, suscita comentários. Desde logo, o Partido Social Democrata tem manifestado todo o seu apoio àquilo que possa ser um projecto sério, credível e criterioso da ciência e tecnologia nos Açores.

Quando faz algumas propostas em sede de discussão do Orçamento para diminuir as verbas que estão adstritas a este fim, fá-lo com sentido de responsabilidade a diversos níveis. Desde logo, porque consigna essas verbas a outros projectos que nós consideramos ainda de maior relevância económica e social das nossas ilhas.

Em segundo lugar, porque há uma absoluta ausência de critérios na gestão das verbas do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia.

Vamos a ver se nos entendemos:

Em Fevereiro de 2001, foi aprovado neste Parlamento um Decreto Legislativo que criou o Fundo Regional de Ciência e Tecnologia. A sua regulamentação demorou um ano a sair.

Passados 16 meses não vimos qualquer decreto legislativo a enquadrar a gestão financeira dos milhões de euros que estão inscritos no Plano a Médio Prazo para aquele fim. Isto significa que todas as verbas do programa de ciência e tecnologia do Plano de 2001 e do Plano de 2002 executadas até hoje, não têm qualquer enquadramento num programa que estabeleça os critérios para a atribuição dos

subsídios. Eles são dados à “tripa forra”, se me é permitida a expressão, Sr. Presidente, consoante a cara do freguês.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Muito bem!

O Orador: O Sr. Secretário Regional diz muito bem, mas eu discordo absolutamente. Sabe porquê? É porque esse dinheiro é dos contribuintes, é o dinheiro que sai dos nossos bolsos e que está fazendo falta em muitas outras áreas e, provavelmente, até na sua, em primeiro lugar.

Há mais razões e dúvidas que se levantam na sequência da intervenção do Sr. Deputado José San-Bento, nomeadamente a data da realização da Feira.

Quando o Sr. Secretário Regional da Educação é tão cioso no cumprimento dos 165 dias de aulas...

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Eu vou concluir, Sr. Presidente, sem prejuízo de poder depois voltar com outra intervenção.

... acaba por permitir que os alunos sejam dispensados das aulas nestes dias para poderem visitar a Feira de Ciência e Tecnologia que se realiza na pior altura para o sistema educativo, porque é a altura que se estão a fazer as provas globais, as provas de aferição, as avaliações finais de período e do ano.

É nessa altura que o Governo Regional passeia a Feira de Ciência e Tecnologia impelindo, parece-me, a ida dos alunos a algo que tem interesse indiscutível – sou o primeiro a reconhecer – mas que se faz na pior data.

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): *Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para referir que no entender do Grupo Parlamentar do PS, como é óbvio, as escolas, as turmas e toda a estrutura educativa, nas diversas ilhas dos Açores, têm todo o cuidado na preparação das visitas, na preparação da própria

envolvência que essas escolas têm com a Feira. Estou certo que não vai haver qualquer disparo do insucesso escolar ou outra coisa qualquer por causa da Feira da Ciência e Tecnologia.

Penso que essa questão apresenta bem o espírito com que o PSD aborda estas questões.

O Sr. Deputado Joaquim Machado lançou aqui uma suspeita gravíssima em relação à utilização de dinheiros públicos.

Gostaria de referir que, em relação ao enquadramento legal de subsídios, a bancada do PS não recebe lições, nomeadamente suas, em relação às insinuações que fez que existem centenas de protocolos estabelecidos entre a Direcção Regional de Ciência e Tecnologia e diversas associações, agremiações e instituições pelas nove ilhas dos Açores.

Gostava também de referir que o Governo Regional deu cumprimento ao seu programa de Governo ao criar o Conselho Consultivo de Ciência e Tecnologia.

Em relação a esse enquadramento, com certeza, que o Sr. Deputado é livre de fazer as considerações que entender, mas não é livre de lançar as suspeitas na forma em que lança.

Neste momento, o verdadeiro problema que nós temos, é saber ao fim e ao cabo, nomeadamente no âmbito dos programas operacionais da sociedade de informação, o que é que o Governo da República (a Dra. Manuela Ferreira Leite) irá fazer também neste sector.

Para terminar, com um exemplo que me parece bastante elucidativo em relação a uma correcta aplicação de recursos públicos, devo dizer que são canalizados 0,5% do Produto Interno Bruto Regional para a Ciência e Tecnologia e esse sector revela um crescimento de 50% ao ano.

Julgo que isso é bastante elucidativo da situação financeira e da forma como o sector está a ser – saliento – bem gerido nos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos começar por esclarecer a parte que me pareceu pessoal, da investida, que passou ao lado, do Sr. Deputado José San-Bento.

Da minha parte tem lições para receber sobre atribuição de subsídios. Em relação ao meu passado, como membro do Governo, não tenho qualquer problema.

Deputado José San-Bento (PS): Nós já sabemos que não tem, mas o senhor enfia sempre esse barrete até aos pés!

O Orador: Espero que o Sr. Presidente tenha em atenção estes apartes.

Não tenho qualquer problema relativamente a 7 anos de exercício de funções governativas dos quais me orgulho muito.

Tenho, sucessivas vezes, lançado desafios à sua bancada e à do Governo para me apontar um problema, nomeadamente também neste domínio. Até não hoje obtive resposta. Sabe porquê? Porque nunca atribui um subsídio que não fosse enquadrado por legislação aprovada nesta Assembleia.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É preciso ter lata!

Deputado Francisco Sousa (PS): Vá aos pareceres do Tribunal de Contas!

O Orador: Desafio o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que parece que anda com os nervos à flor da pele, que se desmancha em sorrisos por tudo e por nada, a trazer um exemplo de uma portaria atribuída por mim, enquanto Subsecretário Regional da Comunicação Social, que não se enquadrasse num diploma aprovado neste Parlamento. Se me trazer hei-de retractar-me aqui. Se não trazer vou considerar a observação que me fez como uma falsidade.

Deputado José San-Bento (PS): Com meras insinuações enfia o barrete até aos pés!
É impressionante!

O Orador: Vamos adiante:

É verdade que a Direcção Regional de Ciência e Tecnologia tem celebrado muitos protocolos com diversas entidades por toda a Região, provavelmente por todos os concelhos. Dou isso de barato.

Qual é o critério para atribuição do subsídio?

Qual é a percentagem da atribuição do subsídio?

Quais são os investimentos relevantes?

Qual é a componente que releva mais para a atribuição de subsídio? A formação humana? O número de utilizadores? A característica do equipamento?

Nós não sabemos.

A finalidade do uso do equipamento? O horário de funcionamento da Instituição?

Qual o critério?

É por isso que eu digo e afirmo que enquanto não houver critério, sou obrigado a supor que esse critério é a cara do freguês.

Eu não estou preocupado com o que fará a Sra. Ministra de Estado e das Finanças, relativamente aos Fundos para a Ciência e Tecnologia. Não sei o que ela fará, mas posso-lhe adiantar que estou com ela quando ela toma a peito este firme propósito de endireitar as finanças do país, de procurar recuperar o estado calamitoso em que o Partido Socialista de António Guterres deixou Portugal.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

Deputado José San-Bento (PS): Se entrar por esse caminho, nunca mais saímos daqui!

(Apartes inaudíveis dos deputados da bancada do PS)

O Orador: Também estou com ela quando ela se dispõe a acabar com muitos “jobs” que foram entregues a “boys” e a “girls”.

Já que falamos em “jobs” de “boys” e de “girls”, concluo dizendo que, contrariamente à promessa que nos foi feita em Comissão e aqui em plenário, aquando da discussão do Fundo Regional de Ciência e Tecnologia, já cresceu a máquina administrativa que lhe está adstrita com pessoal administrativo, com pessoal técnico e até com uma nomeação ímpar na Administração Pública Regional, com um Director de Serviços, Adjunto de um Director Regional.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para tecer duas considerações algumas sobre o conteúdo e outras sobre o estilo que vem sendo prática, da parte da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e em especial da parte do Sr. Deputado Joaquim Machado.

Em primeiro lugar, tão certo como haver dia e noite, da nossa parte pode haver um critério seguríssimo para a apreciação da actuação do Governo Regional. Quanto mais mal fala o PSD, melhor está o Governo a governar!

O PSD não consegue disfarçar o incómodo que, por exemplo, nesta área, a actuação do Governo Regional está a ter profundas mudanças, como já foi salientado pelo Sr. Deputado José San-Bento, na sociedade açoriana, em que se passa de uma situação de vazio, para uma situação em que existe uma política coerente, clara, esclarecida sobre ciência e tecnologia.

Em primeiro lugar, os senhores numa prática e num padrão que não vos fica bem, mas que os senhores não percebem que devem mudar, não encontram nada de positivo na actuação do Governo. É falar mal, falar mal, falar mal!

Nós já percebemos isso e tenho a certeza que os açorianos também já perceberam.

Deputado Mark Marques (PSD): Já perceberam e ultimamente por duas vezes!

O Orador: Em segundo lugar, e quanto às responsabilidades do Sr. Deputado Joaquim Machado, eu reafirmo inteiramente aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado José San-Bento. De enquadramento legal da atribuição de subsídios deste Governo, este Governo e este partido não têm lições a receber do senhor nem de qualquer ex-membro de Governos do Partido Social Democrata. Que isto fique claro!

Deputado Mark Marques (PSD): E amanhã traz a prova!

O Orador: A responsabilidade do senhor deriva daquilo que o senhor fez e daquilo que os seus colegas de governo também fizeram, porque o senhor como membro do Governo tem responsabilidade solidária por aquilo que foi feito.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

O Orador: O senhor tem que ter mais calma, mais sossego, mais serenidade, quando reage a esse tipo de constatações relativamente a falhas da vossa actuação quando eram do Governo.

Em terceiro lugar, por falar em reacções e quanto à postura do Sr. Deputado Joaquim Machado quando intervém um membro do Governo ou um membro da bancada do Partido Socialista, começa a ser curioso que o Sr. Deputado Joaquim Machado lança, em apartes ou às vezes mesmo em intervenção, as piores invectivas, as piores suspeições, os piores ataques, mas quando existe uma resposta reage como “virgem vegetal ofendida”, reage como se fosse um drama, como se tivesse aqui algo a levantar o céu e a terra contra o Deputado Joaquim Machado.

Sr. Deputado, vamos com calma, porque o senhor tem que tomar consciência que, com o padrão de comportamento que assume aqui dentro, arrisca-se, como tem acontecido, a que lhe aconteça exactamente o mesmo.

Portanto, estas reacções de grande dramatismo e de grandes pausas, têm que ter o devido cuidado e a devida serenidade.

Nós estamos num Parlamento em que temos que debater e existe da sua parte, da parte da sua bancada e da nossa parte, expressões mais ou menos incisivas.

Esse tipo de reacção não lhe fica bem, enquanto deputado e enquanto parlamentar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma nota que quero que seja simpática face à intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

O Sr. Deputado disse que a bancada do PSD passa a vida a falar mal.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E é verdade!

O Orador: Está errado, isso não corresponde à verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Aponte-me um elogio à bancada do Governo Regional vindo desse lado!

O Orador: Hoje mesmo, ao longo desta tarde de trabalho, houve uma intervenção do Sr. Deputado Aires Reis a elogiar as obras e o equipamento escolar na Calheta de São Jorge. Houve também uma intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ferreira a elogiar o início do trabalho na Escola Bento Rodrigues.

Há momentos, eu fiz um comentário positivo a dizer que a primeira iniciativa da feira ambulante, na altura designada por Feira de Ciência e Tecnologia, a bordo do navio, tinha sido uma iniciativa interessante.

Portanto, não é verdade, Sr. Deputado!

Peço ao Sr. Deputado que tenha sempre uma visão positiva das nossas críticas, porque nós não andamos a falar mal a torto e a direito. É preciso que fique bem claro!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O Sr. Deputado com esse comentário – como também os comentários de outros Srs. Deputados e eu também me posso incluir – deixa somente uma má imagem na opinião pública e nos eleitores.

Nós estamos aqui para trabalhar e não para falar mal. Obviamente, às vezes é preciso fazer críticas. Pode num momento ou noutra haver uma palavra que não seja simpática, mas o Sr. Deputado Vasco Cordeiro hoje tem o exemplo de três atitudes de evidenciar positivamente a acção do Governo.

Deputado José San-Bento (PS): Fica-lhe bem essa atitude de paternalismo!

O Orador: Termina com uma constatação – não é uma pergunta, não pergunto quanto custa a Feira do Futuro a bordo do navio – foi cancelada a Feira em Santa Maria, foi cancelada a Feira Açores...

Deputado Francisco Sousa (PS): Por acordo!

O Orador: ... que percorre três ilhas e este ano realizava-se no Faial, que tem impacto económico, que os agentes económicos vêem interesse na mesma, que tem reflexos para a economia e para o progresso dos Açores.

Por isso, temos que comparar o que é mais válido, se são essas feiras ou se é a Feira do Futuro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Deputado José San-Bento já lhe vai dar a resposta!

O Orador: Repito e não se faça aqui outra leitura: nós consideramos a Feira do Futuro, nomeadamente em termos de novas tecnologias, como muito válida, mas deixo aqui esta constatação e os cidadãos que tirem as suas devidas conclusões.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, embora tendo feito teatro em idade jovem, nunca dramatizo. Não faço, por exemplo, umas coisas que V. Exa. faz muito bem, segundo-me me dizem, porque eu nunca tive a grata experiência de o ouvir cantar fado de Coimbra. Mas faço bem ainda, já sendo menos jovem, outras coisas da mais variada natureza. Não dramatizo, não puxo muito os braços, não caio para traz, nem outras coisas do género que, por vezes, tomam a expressão físico-motora de alguns dos Srs. Deputados, nos quais V. Exa. se integra.

O Sr. Deputado foi injusto numa parte da sua intervenção, designadamente naquela em que se referiu aos apartes que eu faço que são sempre os piores deste mundo, parece-me, até, deselegantes.

Deputado Renato Leal (PS): Os do João Cunha são piores!

Deputado João Cunha (PSD): Muito obrigado pelo elogio!

(Risos da Câmara)

O Orador: Não me recordo de alguma vez os meus apartes, que são tão regimentais quanto aqueles que há momentos também vinham da sua bancada, terem suscitado a ofensa dos Srs. Deputados e nomeadamente desencadear qualquer processo de defesa da honra.

Mais ainda. Relativamente à minha solidariedade para com os membros do Governo, é óbvio que ela é total e absoluta, porque integrava um órgão colegial, relativamente ao qual nunca tive qualquer dúvida, mas porque me foi feito um desafio pessoal, eu esperava que na sua intervenção apontasse ao menos um dos tais exemplos.

Isto leva-me obrigatoriamente a concluir que a sua intervenção foi uma falsa alusão em termos de antigo Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu tenho exemplos, mas hei-de usá-los quando entender!

O Orador: Eu fico à espera. Temos ainda mais dois anos e uns meses de legislatura para trazer esse “coelho que há-de sair de uma mágica cartola”.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se calhar vai ser mais depressa do que pensa!

O Orador: Passo ao esclarecimento que aqui tanto trouxe o senhor como o Sr. Deputado José San-Bento, de que há mérito no crescimento da taxa de utilização da Internet.

Há mérito no Governo?

Se há, é muito pouco! Desde logo, porque onde esse mérito devia ser visível, ou seja, nas escolas, aí, segundo as estatísticas, a taxa de utilização da Internet é baixa, o rácio de computadores por aluno é baixíssimo e há escolas onde os computadores estão instalados há mais de um ano e nem sequer funcionam para esse fim.

Presidente: Eu tenho inscritos mais dois Srs. Deputados, o Sr. Deputado José Decq Mota e o Sr. Deputado José San-Bento. Queria chamar a atenção que já nos afastámos largamente do assunto inicial que tinha sido uma intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ferreira sobre Santa Maria. Eu vou dar a palavra aos dois deputados inscritos e depois faremos um intervalo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho em atenção aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, mas nós estamos neste momento a participar e a assistir a um debate derivante, um debate que começou em Santa Maria, que embarcou no navio, primeiro como ferry-boat, depois transformou esse navio em exposição navegante e seguiu pela ciência e tecnologia. Portanto, estamos num debate derivante.

Dentro desta derivação, eu vou manter-me regimentalmente a um ponto: a ciência e tecnologia.

Há mais um tema que foi aqui tratado, ou seja, o tema do comportamento parlamentar. Este tema foi tratado de uma forma que me fez ter algumas recordações

da III Legislatura, como sabem fui deputado, em que se discutia muitas vezes esse tipo de comportamentos, porque nem sempre se conseguia discutir outras coisas.

Falou-se na política de ciência e tecnologia do Governo Regional.

Eu tenho ideia que os Srs. Deputados que falaram, o Sr. Deputado José San-Bento e o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, estavam a falar das medidas de política relativas às novas tecnologias e de divulgação das novas tecnologias. Não estavam a falar de ciência e de tecnologia, por uma razão:

No que respeita à ciência, à criação em termos de ciência, à investigação científica, há nesta Região algum capital no quadro da Universidade dos Açores, um trabalho desenvolvido e com mérito.

Os anos vão passando, o tempo vai passando, os orçamentos da Região e da República vão sucedendo, as conversas vão-se fazendo e um dos departamentos universitários dedicados à investigação científica, tido como de grande mérito a nível da região e do país, que é o Departamento de Oceanografia e Pescas, continua com a sua situação, em termos da estrutura física, completamente por resolver.

Não penso que seja legítimo estar-se a falar de política para a ciência e tecnologia, quando há esta enorme mancha.

Os senhores estavam a falar de política relativa às novas tecnologias. Se estavam a falar de ciência e tecnologia estavam a falar sem razão. Se estavam a falar de política para as novas tecnologias, um segmento muito mais restrito para a divulgação das novas tecnologias, então poderão ter alguma razão.

Era este o esclarecimento que vos peço, se me quiserem dar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação àquilo que disse o Deputado Decq Mota, nós estávamos a falar no caso concreto da ciência e tecnologia, numa componente mais restrita, concretamente a

que existe a propósito da Feira do Futuro, mas compreendendo aquilo que é a realidade da sociedade açoriana, onde persistem diversos pólos de ciência e tecnologia.

Pensamos que o Governo tem feito, através, inicialmente de uma assessoria e depois da Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, um bom trabalho e temos tido um desenvolvimento significativo nesse domínio.

Também na componente da ciência, num sentido mais tradicional do termo, quer seja a ciência da natureza, quer sejam outros domínios da ciência, posso, por exemplo, falar na criação do laboratório de excelência da Unidade Genética da Patologia Molecular da Universidade dos Açores e penso que o Sr. Deputado também esteve presente na inauguração dessa unidade.

Em relação àquilo que foi dito pelo Deputado Joaquim Machado, que falou uma vez mais na suspeição em relação à utilização de dinheiros públicos – parece ser a cassete que o PSD toca permanentemente – gostaria de referir que o Grupo Parlamentar do PS em relação a essa área – e estou à vontade para falar, porque sou uma das pessoas responsáveis por essa articulação – trabalha em proximidade com o Governo.

Nós temos orgulho, segurança, confiamos e apoiamos a política que o Governo tem feito, nomeadamente no que diz respeito à atribuição de subsídios.

De uma vez por todas, Sr. Deputado Joaquim Machado, para encerrarmos essa questão, se o senhor considera essa atribuição de subsídios gravosa e prejudicial para as finanças da Região, compete-lhe, enquanto deputado desta terra, o direito de prepositura, de legislação e o senhor pode exercê-lo a qualquer altura.

Se a situação é grave, se a situação é irregular, se o PSD entende que essa situação está mal, o senhor não faz mais do que a sua obrigação apresentar um projecto e resolver este problema.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já há legislação. O que é preciso é enquadrá-la!

Presidente: Srs. Deputados, eu estava pensando encerrar os trabalhos.

O Sr. Deputado Costa Pereira pediu a palavra para...?

Deputado Costa Pereira (PSD): Para pedir um esclarecimento em relação às palavras do Sr. Deputado José San-Bento.

Presidente: Sr. Deputado, eu vou conceder-lhe a palavra, mas nós já estamos a divagar à largo tempo sobre este assunto. Já era tempo de pormos um fim, porque andamos aqui à volta dos assuntos.

Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Costa Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente, pela sua compreensão.

Eu gostava de colocar aqui uma questão que me parece importante acerca das afirmações produzidas agora pelo Sr. Deputado San-Bento, que afirmou, entre outras coisas, que entendia que o Governo tem feito um bom trabalho na área da ciência e, particularmente, no relacionamento com a Universidade.

Muito simplesmente gostava de perguntar ao Sr. Deputado Renato Leal se concorda com estas afirmações, no que diz respeito ao relacionamento do Governo com o DOP.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Depois desta prestação de esclarecimentos, vamos interromper os nossos trabalhos para um breve intervalo.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estava eu tranquilamente a preparar-me para ir para um merecido descanso e eis se não quando, houve, por parte do Sr. Deputado Decq Mota, de uma forma hábil, o lançar da rede para o meu lado, mas de uma forma muito expressa, por parte do Sr. Deputado Costa Pereira a que eu respondo com muita rapidez.

Tanto quanto eu sei, da parte do Governo Regional, tem havido sempre uma grande disponibilidade e uma grande interesse para colaborar com a Universidade dos Açores, no que diz respeito ao nosso DOP.

Tanto quanto eu sei, e penso não estar a mentir ou a faltar à verdade, têm estado, anualmente, verbas inscritas as quais não têm sido utilizadas e relativamente às quais me dizem que chegou a haver troca de correspondência a lembrar que o tempo ia passando e que a verba não estava a ser utilizada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Portanto, a informação que eu tenho relativamente à legítima autonomia da Universidade, da qual alguns membros são muito zelosos, é que o problema está do lado da Universidade.

Na altura em que eu vir mais empenhamento por parte da Universidade e mais emperramento por parte do Governo Regional, espero que, como à fadista, a voz não me doa e que eu não me canse de “bater” no Governo Regional para que ele dê o passo que falta dar. Mas penso que “a bola” está do lado da Universidade.

Estou perfeitamente à vontade, porque enquanto Presidente da Câmara da Horta contribui para que se tomasse uma deliberação unânime que eu nunca julguei vir a tomar, que foi a Câmara pagar a renda de casa para ter alunos da universidade a frequentar aulas do DOP e utilizei o argumento de que outras câmaras pagavam a professores. Pareceu-me haver uma conjuntura favorável na altura e, à boa maneira portuguesa, como bom sportinguista já tinha estado cerca de 18 anos a esfregar as mãos, acreditei que fosse dessa. Não foi.

Portanto, neste momento, estou muito à vontade para, impacientemente, aguardar sinais visíveis e inequívocos da parte da Universidade relativamente a este processo.

Ouvi falar em dificuldades para Ponta Delgada, ouvi falar em dificuldades para Angra, até em tempos o Sr. Deputado Joaquim Machado tirou-me o sono dizendo que ia haver professores universitários que ficariam sem vencimento, o que eu, sinceramente, nunca acreditei, mas lá tive uma noite em que não dormi tranquilo.

Relativamente a esses problemas, todos se resolveram, uns com “água benta” outros com “pózinhos de pim-prelim-pim-pim” e relativamente ao DOP aqui estamos, não cantando e rindo, mas fazendo outras coisas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

(Eram 18 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, pedia que ocupassem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 55 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito se falou nos últimos tempos sobre a situação económica de Portugal sem que muito do que a esse respeito se disse correspondesse à verdade, a começar pelo novo, mas já ultrapassado, Governo da Republica que não sendo capaz de disfarçar a sua imperícia para governar, revela ter, apesar de tudo, grande engenho para a imprecisão, para a ambiguidade, e, sobretudo, astúcia para confundir a opinião pública.

O défice do sector público para 2001, embora abaixo de 3% do PIB, foi utilizado como uma indicação de que o Partido Socialista deixou as finanças públicas de pantanas. Nada mais falso!

O Partido Socialista pode-se orgulhar, no que respeita às finanças públicas, de ter conduzido uma política sensata e de acordo com os grandes interesses do país, nomeadamente a satisfação dos critérios de entrada para a moeda única. O défice do sector público situou-se abaixo de 3% em 1997, 1998, 1999, 2000 e, pelo que sabemos, em 2001. Mas era de 6.1%, 6.0% e 5.7% em 1993, 1994 e 1995, respectivamente.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Dá vontade de rir, não dá?

O Orador: Dá, sim senhor!

Além disso, a dívida pública situa-se abaixo de 60% do PIB, sendo que em 1995 ascendia a 65.9%. Aliás, no que respeita a este indicador, Portugal tem, hoje, um desempenho bastante superior à média dos países da União Europeia ou dos países da Zona Euro, cujos valores ultrapassam claramente a fasquia de 60%.

Isto, os novos governantes não dizem. Como mais vale prevenir do que remediar, preferem, agora, continuar a contaminar a opinião pública com cenários catastróficos, acusando sistematicamente a governação anterior, para mais tarde poderem justificar os fracassos da sua passagem pelo poder. Preferem, com esta atitude, afrouxar as expectativas e a confiança dos agentes económicos e, conseqüentemente, encaminhar o país, o mais rapidamente possível, para uma verdadeira crise económica.

Mais do que gerir a conjuntura económico actual, que não é de crise, o governo preocupa-se sobretudo com a gestão do ciclo político. Apesar de ser recente, este Governo já indicia todos os sintomas de um mau governo. De facto, começou mal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O actual Governo da República usa e abusa da cosmética, como forma de se disfarçar. O Orçamento Rectificativo agora apresentado, nada mais é do que isso mesmo: uma mera operação de cosmética, daquelas cujo resultado é de meter medo, mesmo ao mais destemido dos cidadãos.

De acordo com a referida proposta, fica vedada a contratação de novas operações de crédito bonificado à habitação, o que é deveras preocupante, sobretudo para os casais jovens, com baixos recursos, que até agora contavam com a ajuda do Estado para o arranque duma nova vida.

A argumentação apresentada pelo Governo, de que as taxas de juro baixaram nos últimos anos não serve para justificar uma medida desta natureza. Basta fazer uma simples simulação de crédito, para facilmente se constatar que uma argumentação destas é necessariamente falaciosa.

Mais: nem é preciso saber muita teoria económica, bastando ser bom observador, para constatar que o preço da habitação varia inversamente com a taxa de juro. Ou seja, que a descida das taxas de juro tem um efeito positivo sobre os preços da habitação, impedindo, se outras medidas não forem activadas, o acesso dos mais desfavorecidos a uma habitação condigna.

Embora o crédito bonificado possa não ter grande efeito sobre a procura média de habitação, a verdade é que para os grupos mais desprotegidos a medida agora adoptada pelo Governo vai ter certamente efeitos perversos e nefastos. Talvez porque o actual Governo pretende atear o crescimento das barracas, ou fomentar a permanência de várias gerações duma família na mesma habitação.

O aumento da taxa do IVA mostra que a estratégia desse Governo não é de racionalização ou redução da despesa, mas, essencialmente, de aumento da receita. Ao aumentar apenas a taxa máxima deste imposto o Governo pretende, ainda, fazer crer que está, apenas, a agravar a tributação sobre bens de consumo não essenciais, como os electrodomésticos, os computadores, a reparação de veículos, os champôs, os detergentes, a pasta de dentes, as lâminas de barbear e o papel higiénico, entre muitos outros bens, essenciais ao conforto e ao bem-estar das famílias e dos cidadãos em geral.

Aliás, um imposto que, por cada ponto percentual de aumento, renderá até ao final do ano uma receita fiscal de 200 milhões de euros, tal como é estimado pelo Governo, não é necessariamente insignificante no cabaz de compras dos portugueses.

A dedução à colecta do IRS de uma percentagem de 25%, com um limite de 50 euros, do IVA suportado, como medida de combate à evasão fiscal, parece, até pelo montante em causa, constituir uma operação de cosmética e de ilusão fiscal. De facto, com o aumento de dois pontos percentuais na taxa normal de IVA (1 ponto nos Açores), aquilo que a maioria das famílias vão deduzir em sede de tributação directa é certamente muitíssimo inferior ao que lhe é tributado pelo acréscimo do IVA.

Obviamente que esta dedução, não tem qualquer objectivo de combate à evasão fiscal, constituindo apenas uma forma de iludir e, acima de tudo, anestesiar o contribuinte, relativamente ao efeito do aumento do imposto. Não é necessário o recurso a uma aritmética muito sofisticada, para se mostrar que tal medida constitui um pobre e ineficaz instrumento de combate à evasão fiscal.

A imposição de um endividamento líquido nulo aos municípios, pode ter efeitos bastante negativos sobre a política de investimento dos mesmos, cujos planos se vêem agora na eminência de irem para a gaveta, com graves prejuízos para o desenvolvimento local.

Esperava-se que os empréstimos realizados para afectar a projectos financiados por fundos da União Europeia, fossem claramente excepcionados, ou pelo menos objecto de um tratamento especial, até para um completo aproveitamento desses fundos.

Mas a visão centralista que o actual Governo começa a acusar, impediu-o de assim proceder, pelo menos inicialmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente, resta-nos concluir que este Orçamento Rectificativo não anuncia nada de bom para os portugueses em geral, nem para os açorianos em particular.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Endireita o país!

O Orador: Penaliza os menos favorecidos e verte uma clara ambição de constrangimento do poder local. Sobre os Açores, não incorpora nada de relevante.

É, além disso, uma construção totalmente opaca no que respeita à fundamentação das principais alterações. Ao nível dos objectivos, esconde mais do que revela. Enfim um produto de cosmética, mas de má qualidade. Um produto a rejeitar. Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Vamos entrar na discussão do primeiro ponto da Ordem do Dia com a continuação da discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – Regulamenta na RAA os aspectos relativos à realização, em escolas de rede pública, do estágio pedagógico das licenciaturas em ensino e dos ramos educacional e de especialização em educação.**

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros:

A proposta apresentada pelo Governo nesta Casa não é um projecto de um secretário, mas é a continuação, a aplicação do programa do Governo do Partido Socialista.

O programa aprovado nesta Casa dizia que “deveria ser elaborada regulamentação do sistema de estágios e contratualização com as universidades, em especial com a Universidade dos Açores, as formas da sua realização”.

Sendo este um dos objectivos do programa do Governo, este projecto de decreto legislativo integra-se na aplicação do mesmo programa.

É a primeira vez que nesta Casa se discute um assunto como sejam os estágios integrados.

Até agora nos Açores existia um conjunto de portarias ou circulares que integrava, definia ou regulamentava os estágios integrados nos Açores.

Esta nova proposta de regulamentação dos estágios integrados será a maneira de se garantir a todos os estagiários das universidades, em especial da Universidade dos Açores, dos cursos de licenciatura em ensino, a conclusão dos seus cursos dado que

no último ano desses cursos, em especial no 5º ano, existe um estágio para fazer e esse estágio só será possível com esta intervenção legislativa.

Hoje, nas nossas escolas, em especial nas grandes escolas dos Açores, tem-se visto diminuir o número de turmas e o número de alunos nessas escolas, levando a que haja professores supranumerários nas escolas, o que vai criar alguma dificuldade na integração de estágios nas próprias.

Sabemos que alguns dos estágios a fazer-se, têm que ser feitos em escolas do 3º ciclo e secundário. Portanto, deve-se continuar a fazer os estágios nas ditas grandes escolas das cidades.

Se não houvesse esta intervenção legislativa, a muito curto prazo teria que haver uma redução drástica dos estágios havendo, num próximo futuro, que ficar muitos alunos das universidades à espera para fazer o estágio, sem concluir o seu curso, alguns deles com possibilidades de iniciar uma profissão e ter o estágio mais tarde, como era feito no passado.

Não podemos voltar à época em que havia professores que levavam 5, 10 ou 20 anos da sua carreira para se profissionalizarem ou fazerem o seu estágio.

É justo, numa legislatura de ensino, quando terminada a parte científica e pedagógica desse curso, que se faça o respectivo estágio.

Com esta proposta cria-se um número quase ilimitado de lugares para fazer o estágio nas escolas públicas da Região.

Esta proposta é nova e traz um estatuto novo para os professores do 2º e 3º ciclo.

A inserção dos alunos estagiários na escola será feita de uma forma diferente. Todavia não são “beliscadas” as competências das universidades, dado que os aspectos académicos, o acompanhamento e a certificação, será sempre competência exclusiva da instituição de ensino superior.

Esta proposta de decreto legislativo regional é também um contributo para a formação de professores. Em primeiro lugar, porque é a primeira vez que na Região se regulamenta para que os professores do 1º ciclo e os educadores de infância passem a dispor de um regulamento próprio para a sua formação a nível do estágio.

No 2º e 3º ciclos e no ensino secundário, melhora-se a relação de estagiário/aluno que era diferente do professor/estagiário de um aluno.

A integração será melhorada, porque toda a actividade que o estagiário terá na escola, será uma actividade totalmente supervisionada pelo respectivo orientador.

No passado havia professores estagiários em que as suas aulas só eram supervisionadas dois ou três meses após a sua integração na escola.

Muitas das vezes só quando o seu orientador se deslocava às primeiras assistências ou fazia regências nas turmas do orientador, era observado, tido em conta e aí é que se notavam as dificuldades científicas do próprio estagiário, as dificuldades pedagógicas ou até mesmo disciplinares.

Quantas das vezes só com as reuniões com o orientador e/ou estagiário não se detectava os problemas pedagógicos, científicos ou disciplinares que o estagiário apresentava quando estava perante uma só turma?

Com esta proposta, diz-se ainda que não é uma inovação em termos da formação de professores.

Ontem foi dito aqui que já existia formação deste tipo para professores do 1º ciclo. É feita em Escolas Superiores de Educação no Continente e os nossos estagiários estão nas condições de outro tipo de formação de professores em que o seu ano de estágio, sendo um ano de conclusão do seu curso, a sua contagem de tempo só contará quando ele efectivamente começar a trabalhar.

Ficam na mesma situação dos educadores de infância e dos professores do 1º ciclo ou de outros professores das Escolas Superiores de Educação.

É claro que não ficam na situação de algumas escolas do Continente, mas têm sido muitas as reformas feitas nos Açores em que o Continente, mais cedo ou mais tarde, acaba por adoptar. Digo isto, porque a formação de professores no Continente sofre de alguns dos males que apresentei há pouco. As escolas dos grandes centros ou das grandes cidades começam a ter dificuldades em receber estagiários.

Não me admira que proximamente apareça uma forma diferente que se aproxime desta que neste momento estamos a pensar adoptar nos Açores.

Ontem foram feitas referências pelos partidos da oposição de que a Universidade dos Açores não estava de acordo com este novo processo de integração dos estagiários na escola. Não é este o parecer da Universidade dos Açores entregue na Comissão.

A Universidade dos Açores teve a oportunidade de dar parecer. Se não está de acordo com a forma global como o processo se vai realizar, apresentou algumas propostas de alteração. Algumas a Comissão acatou, outras entendeu que é competência da própria Universidade e que se devem manter na própria Universidade.

Quando os sindicatos ou os partidos da oposição vêm dizer que a Universidade não está de acordo com este processo, eu acho que a Universidade é uma entidade idónea e tem os seus responsáveis. O Sr. Presidente da Comissão de Estágio que assinou o parecer não diz, globalmente, que esteja contra este processo. Aponta algumas alterações que se deviam fazer ao projecto e não ao novo processo ou à nova forma que se pensa fazer.

Há sindicatos – já que ontem algumas pessoas fizeram referência aos pareceres que foram enviados à Comissão – que entendem que há necessidade de suprir lacunas, que se regule os estágios nos Açores, como diz o Sindicato dos Professores Licenciados, no seu primeiro parágrafo.

Sobre o que ainda se afirmou aqui ontem no que concerne ao reforçar os poderes no conselho executivo ou dos conselhos executivos quanto à nomeação dos estagiários, hoje a legislação prevê como esses orientadores serão seleccionados ou nomeados.

Se forem ver a legislação, no passado não há qualquer referência à forma ou ao processo como eles seriam nomeados.

Eu tenho a experiência. Passava pela escolha dos grupos disciplinares. Se havia oportunidade nos conselhos pedagógicos, estes eram informados de quem iria orientar o estágio e nem sequer era pedido anteriormente um parecer aos conselhos pedagógicos.

A forma que hoje se sugere e que na Comissão ficou espelhada como sendo uma proposta para apresentar, é ouvir os grupos disciplinares ou os departamentos curriculares e o conselho executivo e a partir desse momento nomear ou indicar quem são os orientadores. Será o processo mais fácil para a respectiva nomeação.

Quem teve experiência, sabe que muitas vezes nas escolas os grupos de estágio são indicados ou são solicitados já em pleno Verão, porque a candidatura a estágio é

feita na última semana de Julho. Dificilmente os próprios órgãos da escola, nessa altura, funcionam para reunir a fim de fazer a indicação via conselho pedagógico.

Os poderes não são reforçados. É ao fim e ao cabo o processo comum que foi usado no passado e agora está indicado na legislação.

Por fim, gostaria de dizer ao Deputado Paulo Valadão que este decreto não é o “edifício” de um secretário regional, como disse aquando da minha introdução, mas sim o cumprir do programa do Governo do Partido Socialista para os Açores.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP tem uma posição sobre esta matéria que tem muito a ver com o conteúdo do próprio diploma.

É verdade que esta poderia ser uma solução que poderia ter algum caminho, porque poderia levar a que se conseguisse obter uma resposta a todos aqueles que no final do seu curso pretendem fazer um estágio.

Em nosso entender, essa alteração não deve significar perda de eficácia ou retirar a dignidade àqueles que, acabando o seu curso, continuam a ser professores estagiários, embora com outro estatuto.

É por isso que no que toca à primeira matéria, à eficácia do diploma, como diz a Universidade dos Açores, “tudo isto se pode tornar na prática, simplesmente, impossível”.

Tudo isto poderá revelar que a execução prática da presente proposta legislativa nunca virá a ter qualquer aplicação, porque quando se pede que o professor orientador de estágio participe na elaboração do projecto formativo, acompanhe a sua aprovação pelo conselho pedagógico, participe nas acções de formação destinadas a orientadores de estágio, acompanhe e oriente o aluno estagiário, mantenha um acompanhamento constante da actividade do aluno estagiário, tenha todas essas actividades que são necessárias a todo este processo, não se pode pedir ao mesmo tempo que tudo isso só signifique duas horas de redução na formação de três professores que estarão a seu cargo.

Sobre esta matéria temos divergência profunda em relação aquela que é a proposta aqui apresentada.

Por outro lado, no que toca à própria dignidade daquele que acabando um curso, que está entre o aluno e o professor, não se deixe ao livre arbítrio a possibilidade de haver algum bolsa ou alguma remuneração também por esse trabalho, porque mesmo aprendendo, todos esses recém-formados estarão a dar o seu contributo no ensino. Eles também têm que ter as condições necessárias a esse mesmo desempenho.

A nossa posição relativamente a este diploma será de abstenção, tendo em que, consoante o conteúdo que este diploma venha a ter, aqui estaremos numa atitude positiva para o apoiar ou para dar a nossa discordância.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Algumas observações em relação às intervenções feitas ontem pelos Srs. Deputados Joaquim Machado e Paulo Valadão e agora pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Em relação às intervenções de ontem, a uma dada altura, pareceu-me – e digo pareceu-me porque posso ter percebido mal – que o Sr. Deputado Joaquim Machado entendia que a Universidade dos Açores devia ter feito uma proposta neste sentido.

Se ouvi bem, na minha opinião, julgo que não. A Universidade dos Açores não tem, nem pode apresentar qualquer proposta a este Parlamento.

Foi perguntado à Universidade dos Açores, pela Comissão de Assuntos Sociais, qual era a sua opinião sobre este diploma. Essa opinião foi-nos transmitida e não se lê em parte nenhuma que a Universidade dos Açores referiu que ia apresentar uma proposta diferente ou que tinha feito chegar à Comissão uma proposta diferente desta.

Numa dada altura o Sr. Deputado Joaquim Machado afirmava que esta forma de estágio, este novo processo que o Governo apresenta, já vem de 1911. É verdade, vem de 1911 e vem desde o primeiro dia em que a Universidade dos Açores, por exemplo, começou a formar professores do 1º ciclo e começou a formar educadores de infância.

Esta é a forma de estágio que a Universidade dos Açores faz há vários anos, ou sempre fez, para ser mais preciso, para dois sectores de ensino, a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico.

Esta é a forma de estágio que fazem múltiplas escolas superiores de educação, por este país.

Não estamos a fazer nada de novo no sentido que estejamos a alterar os comportamentos da Universidade dos Açores. Se fosse assim, eu faria outra pergunta: se esta forma de estágio é tão má, tão má, tão má, como é que se justifica que a Universidade dos Açores e outras instituições de ensino superior sigam este modelo para a formação dos seus professores?

A dada altura o Sr. Deputado Paulo Valadão dizia que nós tínhamos feito este estágio.

Fi-lo sim senhor. Fi-lo e tive a sorte e o azar de ter dois orientadores de estágio, um durante três meses, cuja primeira aula que tive, foi chegar à escola do Alto das Covas e o senhor dizer-me “aluno-mestre, vai ficar com os 6 alunos da 3ª classe que eu tenho, a lição é sobre D. Afonso Henriques, vai fazer a leitura, pergunta os significados e vai ensina-lhes os artigos definidos”. Felizmente, só tive esse senhor durante 3 meses e depois passei a ter mesmo um orientador de estágio.

Portanto, isto para dizer que há orientadores e orientadores e muitas vezes não é o sistema que está mal, às vezes são as próprias pessoas.

Eu tive o azar e depois a sorte de ter um que depois me ajudou bastante na minha formação.

Considero que esta é a forma correcta, porque acho que é muito difícil para algumas famílias – e não são tão poucas quanto isso – cujos filhos são os alunos de muitos e muitos professores que foram formados neste esquema.

Normalmente, há escolas que têm determinadas turmas que têm os alunos estagiários, ou melhor, tinham os professores estagiários. Agora eles passam a ser alunos estagiários.

Os alunos do sistema não são muito beneficiados com o actual sistema de formação. Quem esteve e está nos conselhos executivos recebe chamadas de atenção de pais, exactamente para essa situação, porque estamos a querer que um jovem que ainda

não é professor, já o seja de corpo inteiro, com todas as responsabilidades de um professor, dando todas as aulas e apenas algumas assistidas pelo orientador.

No processo que agora é apresentado, o aluno estagiário nunca estará sozinho na sala de aula, estará sempre acompanhado, começando por ver dar aulas e depois é que as dará. Ele não é responsável por nenhum aluno do sistema normal de ensino. Será sempre o professor/orientador que terá os seus alunos e os alunos estagiários acompanharão todas as actividades desse orientador, mas não serão responsáveis por alunos. Seria um pouco pedir a um jovem que está no seu último ano de medicina que já vá operar e que seja cirurgião a tempo inteiro, sem mais ninguém ao seu lado. Penso que podemos e devemos corrigir e a minha experiência pessoal aconselha a que se corrija.

Não vejo nenhum inconveniente para o sistema no sentido da formação.

Considero que esta forma de acompanhamento permanente por parte do orientador de estágio é mais eficaz do que deixar o professor/estagiário, que ainda não é professor, sozinho com os alunos.

Basta pensar que hoje, o professor/estagiário que está no 5º ano da sua licenciatura, se não terminar esse ano, nunca será professor. Logo há uma incongruência entre ele ser professor de corpo inteiro para duas turmas e se chumbar no final do ano, não será professor.

Dizia-se que não havia um acompanhamento permanente. Este é permanente por parte do orientador. O aluno estagiário não dará nenhuma aula sem que lá esteja o professor orientador, porque ele é o professor daqueles alunos. Portanto, estará sempre presente na aula.

No sistema que hoje está em vigor, isso não acontece.

Também considero importante realçar que o professor estagiário de hoje tem todas as obrigações de um professor, desde logo, a avaliação dos alunos. Há problemas nessa área.

Com o novo processo ele acompanhará o professor/orientador na avaliação dos alunos, mas não é responsável pela avaliação dos mesmo. Eles continuarão a ser alunos do professor orientador.

Também foi feita a afirmação de que não devíamos legislar de ânimo leve. Julgo que não é de ânimo leve, porque a experiência é longa nesta matéria e ânimo leve seria se nós tivéssemos a veleidade de continuar com o sistema que, por exemplo, não garante o acesso ao estágio a muitos e muitos professores.

A Região Autónoma dos Açores foi a única região do país que até hoje fez um super esforço para garantir a todos quantos se candidatassem ao estágio, o pudessem fazer. O mesmo não aconteceu na Madeira e muito menos a nível do Ministério da Educação, no Continente.

Houve milhares de professores que quiseram entrar para estágios no Continente e não entraram.

Esse foi um esforço que a Região fez e que eu considero bem feito, mas a falar-se nos números que se falam para o próximo ano (cerca de 160 alunos estagiários) seria incomportável fazer-se, em termos de vagas e de horários, para todos eles.

O Sr. Deputado Paulo Gusmão – e hoje posso precisar melhor, porque ontem não tomei nota de que falava – a uma determinada altura dizia que havia perda de eficácia na formação devido ao facto do orientador de estágio apenas ter duas horas para o efeito.

É verdade, ele só tem duas horas para o efeito, mas para todas aquelas funções que ele vai ter que desempenhar a mais no estágio que orienta, vai ter uma remuneração.

Não terá a redução que tinha até aqui, mas terá um, dois ou três estagiários com ele a trabalhar que poderão ir de Verão, por exemplo, apoiar na elaboração do material de apoio e nas pesquisas para a aula que vai dar.

Portanto, terá alguém que o apoio que antes não tinha. O próprio professor estagiário tinha que preparar as suas aulas. Agora ele tem que preparar as suas aulas para ir dar com o orientador. Portanto, terá quem o possa apoiar a ajudar nessa matéria. Antes não tinha.

Eu estou a falar de um aluno estagiário, não de um professor estagiário. Eu percebo bem a diferença.

Penso que há condições para manter a dignidade do formando, porque ele vai continuar a ser aluno da instituição de ensino superior, vai continuar a ter a bolsa de estudo a que tem direito por essa instituição. Não lhe é retirado nenhum direito pelo

facto de ele estar a fazer estágio, em relação aos apoios que tem pela instituição de ensino superior a que pertence. O que ele deixa de ter é um vencimento, porque antes ele tinha turmas atribuídas pelas quais era professor.

Agora, na nossa perspectiva, ele deve passar a ser apenas aluno estagiário.

Poderá ter direito a uma bolsa se advierem despesas no seu estágio por esse facto e não pelo facto de ele ter ou não ter capacidade financeira.

Se for um aluno da Universidade dos Açores que tenha tido o seu curso em Ponta Delgada, se fizer o estágio na Escola Antero de Quental, nas Laranjeiras, eu pergunto por que é que ele há-de ter uma bolsa de estudo? É só pelo facto de no sistema actual ter um vencimento e no novo sistema não ter?

Julgo que não. Esse argumento para mim não colhe, porque ele continua a ser aluno e, na minha perspectiva, deve ser aluno até ao dia em que termina o seu curso.

Terminado o seu curso, é ou não professor, consoante tenha ou não uma habilitação para ser professor.

Estes são os meus argumentos para considerar que, na generalidade, esta proposta é bem-vinda.

Para finalizar, julgo que haverá melhor acompanhamento dos alunos estagiários neste sistema do que no sistema anterior.

Essa para mim é uma garantia de melhor qualidade na formação. O aluno estagiário não estará só numa sala de aula com alunos. Está sempre acompanhado.

Eu vi meia dúzias de aulas dadas pelo meu orientador. Neste sistema ele vai ter que ter muitas mais aulas.

No sistema que hoje está em vigor ele começa a dar aulas sem nunca ter visto um professor a dar aulas, a não ser as próprias aulas que ele teve.

Acho que é uma diferença enorme na formação e esta diferença é para mais e melhor formação destes jovens.

Eu considero que é fundamental ter-se uma boa formação inicial para que se possa vir a ser um bom docente.

Uma má formação inicial, dificilmente, será colmatada ao longo da vida.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não pretendia repetir aquilo que já ontem disse. De qualquer modo entendo ser meu dever fazer algumas precisões.

O Sr. Deputado Francisco Sousa percebeu e percebeu bem, aliás, refere, aquilo que eu disse em relação aos modelos de estágio.

No meu tempo, no seu tempo, há 30 ou há 40 anos, havia um modelo de estágio semelhante ao que hoje é proposto.

No meu entender, e infelizmente, acontece que na pré e no ensino básico, esse conceito de estágio para muitas escolas continuou. Para outros sectores de ensino, concretamente a partir daquilo que nós hoje chamamos o 5º ano de escolaridade até ao 12º, tem existido um outro modelo de estágio que, em meu entender, tem tido melhores resultados do que aquele que existia no passado, daquele que existe em relação ao pré-escolar e ao ensino básico.

O problema não está na qualidade do orientador de estágio, porque, felizmente, em relação ao antigo ensino primário e hoje ainda em relação ao ensino básico, temos excelentes orientadores de estágio, pessoas com uma dedicação extrema.

É isso que tem permitido a qualidade dos professores que continuam a trabalhar nas nossas escolas.

O problema que se põe é o seguinte:

Qual é que será preferível? Qual é dá os melhores resultados?

Em meu entender, o tipo de estágio que tem existido a nível nacional ou que existiu até ao momento, tem dado bons resultados.

Volto a repetir que não é por acaso que todas as organizações, quer sindicais, quer a própria Universidade dos Açores, que chamamos a prestar a sua declaração escrita em relação a estas matérias, são críticas. Não é por acaso que isto acontece.

Aliás, os Srs. Deputados José do Rego e Francisco Sousa, falam no parecer da Universidade dos Açores.

O parecer da Universidade dos Açores, segundo a leitura que eu faço, não é de qualquer inaltecimento a esta proposta de decreto legislativo regional.

A Universidade dos Açores começa por dizer: “Gostaríamos de centrar a nossa atenção nos artigos 5º e 7º”. Foge pura e simplesmente, a dar uma opinião global sobre a matéria. Não há uma única linha no parecer da Universidade dos Açores em que se diga que, na globalidade, estão de acordo. Não dizem que não estão de acordo, mas se lermos o que é dito mais à frente, facilmente concluimos que o acordo não é grande, pelo contrário, os responsáveis pela Universidade dos Açores manifestam algum desacordo, muito desacordo, em relação a questões que nós ainda ontem referimos aqui.

Vou citar o parecer da Universidade dos Açores:

“A redução de duas horas semanais na componente lectiva do orientador ou co-orientador, parece-nos manifestamente insuficiente.”

Está escrito aqui, preto no branco, e foi dito pela Universidade dos Açores, como aliás foi referido pelos sindicatos.

Acrescenta: “ao orientador ou co-orientador, não deveriam ser atribuídas mais que duas turmas, uma no unificado outra no secundário”.

Neste mesmo parecer acrescenta que “o pouco tempo que o orientador tem de dispensa de funções lectivas, não vai permitir fazer aquilo que quer fazer, aquilo que tem que fazer e aquilo que se propõe que ele faça, no acompanhamento dos estagiários”. Isto é dito claramente no parecer da Universidade dos Açores, para haver uma afirmação categórica de que muitos destes aspectos são exequíveis.

Quem o diz não sou eu, é a Universidade dos Açores, são os responsáveis da Universidade dos Açores que o afirmam categoricamente.

Não vou voltar às afirmações dos sindicatos, porque já as referi ontem, mas vou referir um outro aspecto onde todos os pareceres são unânimes, ou seja, o acompanhamento.

O Sr. Deputado Francisco Sousa diz que assim vai haver um melhor acompanhamento. Pelo contrário, a Universidade dos Açores, os parceiros sociais e os sindicatos dizem que o acompanhamento...

Deputado Francisco Sousa (PS): Não!

O Orador: Diz, Sr. Deputado.

Por fim, há outro aspecto a considerar. No caso dos chamados núcleos serviços disciplinares, serão de certo experimentadas dificuldades acrescidas na hora de conjugar os horários de ambos os co-orientadores.

A execução prática da presente proposta legislativa é, em nosso entender, para evidenciar a referida inexecuibilidade. A Universidade dos Açores afirma-o categoricamente.

Este acompanhamento que os senhores falam, em termos de presença física, na sala de aula, em termos de acompanhamento de estágio, do estagiário e de preparação do professor, todos contestam nos pareceres que aqui estão, o que aliás é compreensível e tem muito a ver com a redução das horas lectivas que o professor terá em relação ao acompanhamento do estagiário.

É evidente que, em nosso entender, esta é uma má proposta, uma má solução, uma solução que foi contestada e estamos convencidos que vai continuar a ser contestada, quando for implementada ou quando se procurar implementar. É isso que dizem os sindicatos e a própria Universidade dos Açores, embora, como disse no início, fugindo à generalidade, mas entrando e aprofundando nalguns aspectos a especialidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Francisco Sousa baseia grande parte da sua argumentação no facto de todo o seu estágio ter sido bom há 40 anos.

Eu acredito que há 40 anos existissem coisas boas.

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Mas os tempos são outros. Estamos em 2002, temos que nos adaptar às circunstâncias e aos tempos de hoje e não podemos voltar atrás naquilo que o progresso e as novas conquistas trazem de bom.

Sr. Deputado, se quer adaptar ao nosso tempo, deixe aquilo que se passou há 40 anos, tire apenas aquilo que foi bom e deixe o que não foi tão bom.

Há aqui duas incongruências que mostram bem que este pode ser um bom ou um mau diploma, porque fala-se em qualidade, em primeiro lugar. Eu estou perfeitamente de acordo, mas, na prática, o caminho que se dá para a qualidade é pagar mais um x aos professores, como se a qualidade não fosse tempo de trabalho, tempo de empenho, tempo de dedicação a orientar e a preparar e não apenas uma corrida à mina de ouro de mais meia dúzia de patacas.

Das duas uma: ou são professores para ajudar, facto no qual V. Exa. baseia a sua argumentação, ou são apenas alunos. E se são apenas alunos aos quais não se quer atribuir qualquer direito nem de bolsa, nem de outra coisa, difícil será dizer que esses alunos servirão para ajudar. Ajudar em quê, se são alunos?

Ajudar a preparar?

O Sr. Deputado conhece melhor do que eu como é que essas coisas funcionam. O Sr. Deputado saberá melhor do que eu que normalmente eles estão lá mais para aprender do que propriamente para tudo o resto que falta.

É por isso que não é fácil vir dizer que o professor terá apenas duas horas de redução, porque tem ali três professores, um batalhão de professores para fazer uma preparação de todas as aulas e de tudo o resto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso é influência do Ministro da Defesa!

O Orador: Aliás, tomei nota de uma frase que disse e que acho que é marcante naquilo que pode ser este diploma:

“O professor estagiário nunca dará uma aula em que não esteja lá o professor orientador, o que significa que nunca serão mais do que essas duas horas. Exige-se sempre ao professor/orientador a sua presença física em todas as aulas, o que significa que o professor orientador terá para todas as reuniões, para todas as preparações, para essa qualidade, duas horas.”

Não sei onde é que se fazem reuniões de menos de duas horas, não sei se essas duas horas não serão uma simples reunião, não sei se é isso a qualidade, não sei se a qualidade é preparar coisas ao fim-de-semana ou ao serão. Apenas sei que esta pode ser uma boa proposta – e volto a repetir – se houver dignidade e incentivo para os

formandos e se houver tempo disponível para os professores fazerem crescer este processo em qualidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está inscrito o Sr. Deputado José do Rego para uma segunda intervenção?

Deputado José do Rego (PS): Para esclarecimento.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começamos por entrar num tema que tem a ver com a especialidade do diploma e passa pelas reduções ao orientador ou o acompanhamento que o orientador fará aos estagiários.

Para este novo processo – e digo novo, porque para o secundário e para o 2º e 3º ciclos é novo – temos que pensar de uma forma nova, com este tipo de estágio.

Em relação ao parecer da Universidade, ao parecer de alguns professores, ou dos partidos da oposição, temos que trabalhar e ver que o processo em si vai fazer com que o orientador até possa ter menos horas que os próprios estagiários.

A leitura que eu faço é a seguinte:

Um orientador com esse projecto poderá ter um horário lectivo de 20 horas, de 18 horas ou até menos, se tiver algumas reduções na sua carreira.

No passado ele tinha as suas duas turmas e se fazia um trabalho eficaz, tendo três estagiários, tinha que olhar, tinha que acompanhar seis turmas (duas de cada estagiário).

Com isto quero dizer que ele teria que observar não em número de aulas mas, em termos de números de horas de estagiário, 21 horas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Deputado, não diga uma coisa dessas. Olhe que vindo de um professor ainda é mais grave!

O Orador: Eu sei o que é que eu estou a dizer. Deixe-me continuar o meu raciocínio.

As pessoas não querem pensar, mas devíamos pensar neste assunto.

Um orientador terá quatro turmas. Duas poderão estar a desenvolver-se no estágio e as outras duas não.

Aí, o que é que ele tem? Tem duas turmas para além das que tinha anteriormente.

Antes tinha duas e tinha que acompanhar a dos seus estagiários. É claro que não era nos dias todos, era no número de horas definidas pela universidade e vai acompanhar, na aula com os estagiários, aquilo que a universidade definir.

Ele não vai ter os estagiários sempre. Vai ter o número de aulas, o número de assistências que a universidade definir no seu regulamento, o que quer dizer que quando se pensou em duas horas de redução, era para compensar o trabalho.

O trabalho não será só compensado com horas de redução, mas também de uma forma financeira.

A compensação financeira não é uma mina de ouro, mas é a forma substancial para compensar. Um orientador hoje recebe, em escudos, uma média de 16 mil escudos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Secretário não disse isso!

O Orador: Eu estou a dizer o que a nossa escola paga a um orientador.

O Sr. Secretário pode não ter no momento o valor que um orientador recebe, mas o que está a ser processado e o que a sua esposa está recebendo é 16 mil escudos.

(Risos da Câmara)

Desculpe lá, mas foi uma boa orientadora da minha escola.

Ao avançar-se para uma verba de mais de 80 mil escudos, isto é uma compensação financeira para o trabalho que o orientador tem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

O que para mim está em causa é, de facto, o modelo. É um modelo tão actual, tão actual, tão actual, que no dia de hoje, 15 de Maio, a Universidade dos Açores está com ele em vigor para dois sectores de ensino.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é verdade!

O Orador: Na minha opinião, a Universidade dos Açores não discorda do modelo, porque se fosse para discordar e estivesse frontalmente contra o modelo, tê-lo-ia dito.

A Universidade dos Açores não diz em nenhuma parte deste parecer que está contra este modelo de estágio dos professores.

O Sindicato Nacional dos Professores não diz em nenhum lado que está contra este modelo. Diz que é preciso fazer aperfeiçoamentos.

A Universidade dos Açores diz que é preciso fazer alterações pontuais a alguns artigos.

Nós estamos a falar de duas instituições e sabe bem perfeitamente a diferença entre dizer que se está de acordo ou omitir isso. Quando se omite é porque não se está em desacordo.

São duas instituições em que não nos passa pela cabeça que se estivessem em desacordo com o modelo não o dissessem, porque os outros dois sindicatos dizem que estão em desacordo com este modelo.

Um último esclarecimento para o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Eu estou adaptado ao nosso tempo e estou tanto adaptado que há instituições que estão a seguir este modelo de formação. A própria Universidade dos Açores está a recebê-lo.

Eu estou adaptado ao meu tempo.

Meia dúzia de patacas? É meia dúzia de patacas, mas afinal já se viu que não são meia dúzia de euros. Sempre são umas dezenzinhas de euros.

Quanto à questão da bolsa, os alunos continuam a ter a bolsa dos Serviços Sociais da Universidade quando no sistema que está hoje em vigor eles perdem a bolsa da Universidade. Neste novo modelo não a perdem e podem ter direito a uma bolsa suplementar se, se e se...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas o pior é que a gente não sabe o que é esse “se”!...

O Orador: O “se” é se houver condições para isso e o Sr. Secretário já o disse. Está ali o Sr. Secretário. Se quiser peça os esclarecimentos que entender.

O relatório da Comissão é claro nessa matéria.

Por último, este modelo é melhor para ajudar mais os alunos estagiários a aprender. O outro modelo obrigava-os a ser professores logo no primeiro dia. Essa para mim é uma diferença profunda nos modelos.

Há divergências em quê? Em duas ou três horas? Aí é que vai a diferença do modelo?

Nós estamos a falar no modelo e duas ou três horas não alteram o modelo. O modelo é fundamental na formação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Sousa:

É verdade que os alunos e os pais queixam-se dos alunos estagiários.

Deputado Francisco Sousa (PS): Eu disse algumas vezes, alguns pais queixam-se!

O Orador: Algumas vezes, alguns pais, queixam-se de alguns alunos estagiários. Muito bem! Queixam-se deles e queixam-se dos outros professores.

O Sr. Deputado imputou as causas disso ao modelo de estágio, porque conforme aquilo que aqui afirmou, o estagiário está sozinho na sala com os alunos.

Se me permite, eu considero isso um excesso e digo-lhe já porquê.

Hoje, por exemplo, quem faz a licenciatura científica, primeiro entra no sistema, dá aulas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sozinho!

O Orador: ... sozinho, os anos que for preciso e que puder, só depois é que faz a formação pedagógica e até se tiver uma carreira longa é dispensado da formação pedagógica e é considerado professor efectivo sem nunca ter tido na sua vida uma aula assistida.

O problema, Sr. Deputado, não é do sistema, nem do modelo que está em vigor.

O problema é das pessoas, como o senhor acabou por reconhecer quando falou da experiência que teve com os seus orientadores de estágio.

Já que fala de alunos, eles devem ser o centro de todo este processo. Com este novo sistema o aluno será um espectador de uma peça que diariamente vai passando pela sala de aula e quando chega a casa e os pais perguntam quem é o professor, ele dirá que será uma criatura de 4 cabeças, que diariamente lhe aparece pela frente e que ele nunca saberá bem qual é o seu professor nessa sala e nesse dia.

A propósito disto gostava de lhe perguntar, já que afirmou que o professor orientador tem de assistir a todas as aulas, onde é que isso está escrito e previsto neste diploma, porque gostaria de ver essa situação bem esclarecida.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais para dizer de uma forma clara que em relação ao modelo, Sr. Deputado Francisco Sousa, eu não disse que discordava com ele. Eu disse e continuo a dizer que o modelo pode ser bom se tiver os factores qualidade e estímulo para os alunos.

O modelo pode ser bom se houver tempo para preparar as coisas com qualidade ou pode ser uma utopia se na prática não tiver qualquer efeito.

Em relação a isso, não tentei fazer qualquer outra crítica que não fosse essa.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado José do Rego, que citou parentes ausentes, com os quais sou matrimoniado – plural, mas estático, pessoa por quem tenho grande apreço – que não sei se a minha mulher neste momento recebe mais 16 contos. Julgo que ela também não sabe nem se importa saber.

Agora o que eu sei, o que ela também sabe e o que todos os professores estagiários também sabem...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E ela sabe que o senhor sabe!

O Orador: . . . e que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro sabe que eu sei que ela sabe – agradeço a atribuição de ter dito que no caso da minha mulher até o fazia com qualidade – é o tempo que ela perde a fazê-lo. Não tenho qualquer problema em assumir essa questão, porque sei no dia a dia como é que isso acontece.

Sei, porque por acaso teve essa função numa escola cujos professores fizeram chegar a sua opinião em relação ao anteprojecto, em que muitas das matérias ainda estão aqui e basicamente são essas que depois na especialidade o PP apresentará. Nessa escola onde ela agora exerce funções, também é essa a opinião da maioria dos professores.

O que se calhar vai acontecer na prática, já que quis puxar o exemplo muito próximo, é que os senhores depois podem pôr 16, 70 ou 80, mas a verdade é que as pessoas que o faziam com dedicação, precisando tempo, preparando, fazendo com qualidade, simplesmente, até por uma questão de brio profissional, com duas horas, dirão ao Sr. Secretário para ele ficar com os 80 contos e nós ficaremos a ver que qualidade aí vem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na intervenção que o Sr. Deputado Francisco Sousa fez, refere um sindicato. Eu não percebi qual era o sindicato e por isso mesmo vou voltar a referir aquilo que penso que já ontem referi.

Para o PCP o problema fundamental que está em causa é o modelo. Nós discordamos deste modelo, mas não somos apenas nós que discordamos. O Sindicato dos Professores da Região Açores diz com toda a clareza que discorda deste modelo proposto e faz uma outra afirmação com a qual nós estamos de acordo, é que o melhor modelo de profissionalização conhecido é aquele que tem vigorado.

Deputado Francisco Sousa (PS): No ensino básico!

O Orador: Desculpe, não é no básico. Ele refere que o melhor modelo de profissionalização conhecido é aquele que está consagrado no país em relação aos professores do 2º e 3º ciclos e secundário. Isto é dito com toda a clareza, clareza essa com a qual nós concordamos.

Nós pensamos que este é um mau modelo, porque existe um modelo que já deu provas de ser o melhor modelo.

Outro aspecto que gostaria de referir prende-se com a diminuição de horas lectivas. A Universidade dos Açores aponta e afirma uma tal redução que se coadunaria com a qualidade que se pretende imprimir no processo.

Mais à frente avança que o acompanhamento de orientação do aluno estagiário implicará necessariamente uma série ampla e regular de reuniões entre orientador e estagiários, destinados a supervisionar toda a planificação das actividades lectivas. Isto é afirmado pela Universidade dos Açores.

Aliás, um dos nossos grandes receios é aquele que acaba de ser expresso pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, é que daqui a uns meses pode o Sr. Secretário ter uma lei que para ele é muito bonita, podem os senhores do Partido Socialista estarem plenamente satisfeitos de terem aprovado uma lei que em seu entender é muito linda e, na prática, não haver orientadores dispostos a dar orientação, não se cumprindo aquilo que os senhores dizem, que é vossa intenção, ou seja, que todos tenham estágio.

Na prática, pode acontecer que lamentavelmente haja estagiários que desejem fazer estágios e não haja orientadores para acompanhar esse estágio.

Este é um receio com fundamento que nós entendemos que também devia ser ponderado.

Deputado José Decq Mota (PCP): *Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Estamos em cima do tempo.

O Sr. Deputado Francisco Sousa pede a palavra para...?

Deputado Francisco Sousa (PS): Para prestar esclarecimentos.

Presidente: Faça favor.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Eu julgo que os alunos saberão perfeitamente quem será o seu professor, porque o seu professor não será uma criatura com 4 cabeças, será o professor da turma, que é responsável pela turma e é ao professor que é atribuída a turma.

Desde logo, no próprio horário dos alunos virá o nome do seu professor, que é o orientador de estágio, tal como até hoje vem para os professores estagiários o nome dele na turma que lhe é atribuída. Portanto, não vem o nome do orientador de estágio. Hoje, na turma do professor estagiário, vem o nome do professor estagiário no horário da turma.

Amanhã, com este sistema, os alunos terão o nome do orientador de estágio como seu professor e saberão que aquele é que é o seu professor. Não terão nenhuma criatura com 4 cabeças, mas um professor que é simultaneamente orientador de estágio.

Portanto, não há dúvida nenhuma da nossa parte. Estamos plenamente convictos disso.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Valadão, nós estamos convictos que este modelo é melhor do que os outros. São duas convicções. Esperamos, e por isso estamos convictos e aqui estamos a fazê-lo de peito aberto, porque estamos convencidos disso.

Se não estivéssemos de acordo, não estaríamos aqui a defendê-lo e tínhamos procurado outro tipo de modelo, não este.

Presidente: Atingida a hora regimental para encerramento dos nossos trabalhos, vamos terminar por aqui.

Pedia aos Srs. Líderes Parlamentares para se aproximarem da Mesa para programarmos os trabalhos de amanhã.

(Pausa)

Os nossos trabalhos recomeçam amanhã às 10 horas da manhã.

Boa noite.

(Eram 20 horas e 05 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Dionísio Mendes de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Manuel da Silva Azevedo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernando Manuel Machado Menezes

Henrique Correia Ventura

Luís Paulo de Serpa Alves

Documentos Entrados

Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Criação da freguesia da Lombinha da Maia, no município da Ribeira Grande, São Miguel.

Exposição de Motivos

Desde há longa data que os habitantes da Lombinha da Maia anseiam pela elevação daquele “lugar” a freguesia. Tal resulta, essencialmente, do seu distanciamento geográfico em relação à sede, a freguesia da Maia, situação que tem provocado também ao longo dos tempos um elevado desfasamento social, cultural e económico. A Lombinha da Maia preenche todos os requisitos técnicos exigidos pelo artigo 5º da Lei nº 60/99, de 30 de Junho, para que neste “lugar” seja criada uma nova freguesia. Desde logo, o número de cidadãos eleitos inscritos é de 319, verificando-se um aumento consistente nos últimos anos.

A Lombinha da Maia dispõe de Igreja com pároco, centro paroquial, cemitério, escola básica e jardim de infância e uma importante actividade económica, assente nomeadamente na pecuária, agricultura e construção civil. Assim, encontramos neste “lugar” dois estabelecimentos de bebidas, um mini-mercado, uma oficina de carpintaria, uma oficina de fornecimento e montagem de equipamentos em alumínio, uma viatura de transporte de aluguer com condutor e uma tecelagem de linho.

A criação desta freguesia é viável no plano administrativo e financeiro, apresentando para este “lugar” vantagens acrescidas, dado que potencia uma maior eficiência na resolução dos problemas da sua população e não provoca nenhum estrangulamento na actividade da freguesia da Maia.

A junta de freguesia da Maia, em reunião extraordinária do dia 11 de Fevereiro de 2002, aprovou por unanimidade propor à respectiva Assembleia de Freguesia a elevação do “lugar” da Lombinha da Maia a freguesia. A 01 de Março esta Assembleia reuniu e foi aprovada por unanimidade.

A Assembleia Municipal da Ribeira Grande aprovou a proposta de elevação a freguesia do “lugar” da Lombinha da Maia.

Assim, nos termos da alínea 1) do nº 1 do artigo 227º da Constituição da República Portuguesa e da alínea g) do nº 1 do artigo 31 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, os deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentam o seguinte Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Artigo 1º

É criada, no Município da Ribeira Grande, a freguesia da Lombinha da Maia.

Artigo 2º

1- O território da freguesia da Lombinha da Maia resulta da divisão da freguesia da Maia, provindo desta na sua totalidade.

2- Os limites da nova freguesia, conforme representação cartográfica anexa, são:

a) Nascente: a actual delimitação entre as freguesias de Lomba da Maia e Maia.

b) Poente: de sul para norte – Ribeira da Faleira até ao caminho dos Barreiros, seguindo até ao início da grotta da Laginha, fazendo transversal da grotta até à Canada do Monte Sapata, percorrendo-a até ao caminho entre Lombinha e Maia, seguindo linha recta à Ribeira da Faleira, fazendo esta o resto da delimitação até ao mar.

c) Sul: parte da actual delimitação da freguesia da Maia com as freguesias de Furnas e Ponta Garça

d) Norte – A Orla Marítima

Artigo 3º

Comissão Instaladora

1. A comissão instaladora da nova freguesia será constituída nos termos e no prazo previstos no Artº 9º da Lei 60/99, de 30 de Junho.
2. Para efeitos do n.º anterior, a Câmara Municipal de Ribeira Grande nomeará a respectiva comissão instaladora, constituída por:
 - a) Um representante da Assembleia Municipal de Ribeira Grande;
 - b) Um representante da Câmara Municipal de Ribeira Grande;
 - c) Um representante da Assembleia de Freguesia de Maia ;
 - d) Um representante da Junta de Freguesia de Maia;
 - e) Cinco cidadãos eleitores da área da nova freguesia;

Artigo 4º

Mandato da Comissão Instaladora

A Comissão Instaladora exercerá as suas funções até à tomada de posse dos órgãos autárquicos da nova freguesia.

Artigo 5º

Entrada em vigor

O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Assembleia Legislativa Regional, 14 de Maio de 2002.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, José Manuel Bolieiro, Manuel Arruda, Humberto Melo, Luís Sequeira de Medeiros, Jorge Macedo, Joaquim Machado e Manuel Azevedo.

Parecer da Assembleia Legislativa Regional dos Açores à Audição da Assembleia da República sobre a Proposta de Lei n.º 2/IX (GOV) – “Altera a Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2002”.

A Comissão de Economia reuniu, nas condições estatutárias e regimentais que lhe permitem substituir o plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no dia 14 de Maio de 2002, na Assembleia Legislativa Regional na Horta, com uma ordem de trabalhos de que constava a discussão e análise da proposta de Lei n.º 2/IX (GOV) – “Altera a Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2002” – na sequência da solicitação do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República em cumprimento do seu despacho para que se procedesse à audição das Regiões Autónomas sobre aquela proposta.

A Comissão emitiu o seguinte parecer em nome da Assembleia Legislativa Regional dos Açores:

Capítulo I

Enquadramento Jurídico

A apreciação do presente proposta de Lei enquadra-se no disposto no n.º2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e na alínea i) do artigo 30.º do Estatuto da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 61/98 de 27 de Agosto.

Capítulo II

Apreciação na Generalidade e na Especialidade

A) Apreciação na generalidade

Sobre a proposta de Lei em apreciação, a Comissão de Economia tem a observar os seguintes aspectos:

1. Trata-se no presente documento da primeira proposta de rectificação ao Orçamento de Estado de 2002, apresentada pelo Governo da República à Assembleia da República, com o intuito de conter o crescimento da despesa pública no ano em curso;
2. Paralelamente às medidas de contenção da despesa, a proposta apresentada pretende transmitir alguns sinais de reorganização da Administração Central, contemplando a extinção, fusão e reestruturação de alguns serviços e organismos;
3. No conjunto de medidas apresentadas destaca-se o aumento do IVA, o condicionamento do nível de endividamento das autarquias e a extinção do crédito bonificado à habitação.

Relativamente à proposta de Orçamento Rectificativo a Comissão de Economia entende que, na generalidade, a mesma não cumpre com clareza os objectivos inicialmente delineados, nomeadamente, porque omite algumas medidas elementares para a sua consecução, como o combate à fraude e evasão fiscal, seguramente muito mais eficaz do ponto de vista económico e muito mais justo do ponto de vista social e de consequências, directas e indirectas, menos nefastas do que as medidas propostas.

B) Apreciação na especialidade

A Comissão de Economia decidiu propor o seguinte conjunto de alterações à proposta de Orçamento Rectificativo presentemente em apreciação:

1. Inscrição no Orçamento do montante necessário à transferência pelo Governo da República ao Governo Regional de juros do crédito bonificado à habitação na

Região Autónoma dos Açores, conforme o disposto no n.ºs 4 e 5 do artigo 30.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas;

2. Prever no Orçamento a alteração à taxa do Imposto sobre o Petróleo, conforme proposta do Governo Regional;

3. Inscrever no Orçamento 20 milhões de euros para calamidades, destinados ao financiamento do processo de reconstrução do sismo que assolou o Faial e o Pico em 1998;

4. Os empréstimos contraídos pelos municípios para financiamento de projectos apoiados por fundos da União Europeia, devem ser excepcionados no âmbito da alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º.

Em resultado da apreciação na especialidade da proposta em causa, a Comissão de Economia concluiu que a Região Autónoma dos Açores ficou à margem do presente Orçamento Rectificativo não se conhecendo os efeitos das medidas de contenção para os Açores, não havendo, inclusivamente, o conhecimento da distribuição do PIDDAC.

O efeito visível ao nível da receita consubstancia-se no aumento do IVA, com impacto fortemente penalizador em termos económicos e sociais. Esse acréscimo indicia que a estratégia, justificada para compensar uma sobreestimação das receitas, mostra que o intuito do governo não é necessariamente o de racionalização e redução da despesa, mas, essencialmente, de aumentar a receita, como forma de garantir a manutenção ou mesmo o crescimento da despesa, ou seja, uma consolidação orçamental realizada pelo lado da receita.

Ao nível da despesa, as medidas de contenção consistem em suspender o acesso ao crédito bonificado à habitação e limitar o endividamento por parte das autarquias.

Quanto à bonificação dos juros à habitação cumpre afirmar que se trata de uma medida com repercussões no imediato e que é deveras preocupante, sobretudo para os casais jovens, com baixos recursos, e para os deficientes. Nem o abaixamento das taxas de juro pode servir para justificar esta medida, bastando para tal fazer-se uma simples simulação de crédito, para verificar que uma argumentação desta natureza é necessariamente falaciosa.

Conforme transparece da apreciação da alínea b) do artigo 7.º, a imposição do endividamento líquido nulo aos municípios pode ter efeitos perversos sobre a política de investimento dos mesmos. Os empréstimos realizados para afectar a projectos financiados por fundos da União Europeia não são excepcionados, o que pode ser preocupante para o aproveitamento destes fundos por parte de alguns municípios.

Acresce a isto o facto dos municípios terem planos e orçamentos aprovados com base na actual Lei de Financiamento das Autarquias Locais cuja execução não se compadece com as alterações propostas.

No que respeita ao artigo 2.º, Capítulo II, (Medidas de emergência com vista à consolidação orçamental), é de referir que tal não passa, aparentemente, duma simples alteração orgânica, não se vislumbrando, em que medida é que a extinção, reestruturação e fusão de organismos, contribui para tal consolidação. Afinal, tal pode não passar, como é de acreditar que não passe, duma mera operação de cosmética.

Como conclusão final, a Comissão, em nome da ALRA, entende que o documento em apreciação é inconsequente do ponto de vista económico, negativo do ponto de vista social e com omissões graves do ponto de vista do poder local e das autonomias insulares.

Horta, 24 de Janeiro de 2002

A Relatora: Andreia Cardoso da Costa

O Presidente: Dionísio de Sousa

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco.*

